

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

DAVI CARBONI

**A EUGENIA ENQUANTO DISPOSITIVO BIOPOLÍTICO NOS PROCESSOS DE
EDUCABILIDADE NO ESTADO NOVO (1937-1945)**

Porto Alegre
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

DAVI CARBONI

**A EUGENIA ENQUANTO DISPOSITIVO BIOPOLÍTICO NOS PROCESSOS
DE EDUCABILIDADE NO ESTADO NOVO (1937-1945)**

Porto Alegre

2021

DAVI CARBONI

**A EUGENIA ENQUANTO DISPOSITIVO BIOPOLÍTICO NOS PROCESSOS
DE EDUCABILIDADE NO ESTADO NOVO (1937-1945)**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Professor Dr. José Luís Schifino Ferraro.

Porto Alegre

2021

DAVI CARBONI

**A EUGENIA ENQUANTO DISPOSITIVO BIOPOLÍTICO NOS PROCESSOS
DE EDUCABILIDADE NO ESTADO NOVO (1937-1945)**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação; Área de Concentração em Educação; Linha de Pesquisa em Teorias e Culturas em Educação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Dr. José Luís Schifino Ferraro
Professor Orientador – PUCRS

Dra. Monica de la Fare
Professora Examinadora – PUCRS

Dr. Mozart Linhares da Silva
Professor Examinador – UNISC

Porto Alegre

2021

Ficha Catalográfica

C264e Carboni, Davi

A Eugenia enquanto dispositivo biopolítico nos processos de educabilidade no Estado Novo (1937-1945) / Davi Carboni. – 2021.

74 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. José Luís Schifino Ferraro.

1. Eugenia. 2. Biopolítica. 3. Processos de Educabilidade. 4. Estado Novo (1937-1945). I. Ferraro, José Luís Schifino. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

AGRADECIMENTOS

Escrever essa dissertação foi um ato de enfrentamento ao medo, angústia, ansiedade e crítica aos nossos processos do fazer e ser perante os compromissos adquiridos nestes dois anos, com a academia, a família, os amigos, mas acima de tudo conosco mesmo. No momento que a cabeça já não raciocina mais e, as mãos relutam em digitar meias palavras, este instante torna-se muito mais que necessário...

Neste sentido, gostaria de reforçar meus sentimentos de gratidão ao Programa de Pós-graduação em Educação da PUCRS (PPGEdu), nas figuras de seus professores e funcionários e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por me oportunizar esta caminhada e, por conseguinte, a realização deste trabalho.

Agradeço ao meu orientador professor José Luis Schifino Ferraro, pelo aceite e pela paciência franciscana que teve comigo durante este processo de pesquisa e convivência, assim com as conversas e orientações ao longo desta experiência. Suas sugestões e postura sempre solícita e amigável foram fundamentais para a conclusão dessa etapa e, tenhas certeza que por muitos outros motivos, és horizonte para minha pessoa.

Aos colegas e amigos do PPGEdu, mas não somente, meus sentimentos de alegria, amor e esperança por todos os momentos vividos nestes dois anos. Pelas trocas de experiências, espantos, desejos e sonhos concretizados de maneira especial com pessoas como: Lisandra Almeida, Renata Gastal Vieira, Gabriela Vieira Soares de Abreu, Paloma Rodrigues Cardozo, Bibiana Gatto, Jackson de Vargas, Vanessa Woicolesco...

Aos amigos Henrique Perin, Leonardo e Marcus Wittmann, Hígor Rodrigues e, especialmente Eduardo Hass, Milene Figueiredo e Lucas Grimaldi, pela inspiração sempre presente acerca do pesquisa em História da Educação.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a minha família pelos momentos de amor, luz e força. Agradeço aos meus avós, Renon, Zélia, Francisco e Reni; ao meio irmão, Iago Carboni; e a tríade que me sustenta em todos os passos: minha mãe, Rosemari, fortaleza e abnegação infinita; minha companheira e amiga, Francielly, pela dedicação, resistência e amparo; e minha filha Lívia, razão de tudo ser, tudo fazer e tudo existir, hoje, agora e sempre.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar como a eugenia efetivou-se enquanto dispositivo biopolítico nos processos de educabilidade no Estado Novo (1937-1945). De modo mais específico, busca-se: compreender as questões raciais, principalmente a mestiçagem, como dispositivo principal para pensar e forjar a população brasileira; investigar a relação entre eugenia e educação, dentro da Era Vargas; entender os dispositivos de educabilidade, como mecanismos formativos do corpo-espécie da população. Nesta medida, ao examinar as influências desta conexão, como também o caráter centralizador do Estado Novo varguista, destaca-se primeiramente que o processo educativo se dá não somente no interior da escola, mas de mesma forma, por meio de instrumentos que estimulem, impulsionem ou instiguem a educabilidade dos sujeitos, consolidando-se na formação dos mesmos, no campo direto e subjetivo. Para tanto, por meio destas análises, pretende-se relacionar tais medidas com a idealização do corpo-espécie da população, utilizando-se, assim, da cartilha *A Juventude no Estado Novo* e da divulgação eugênica por meio do rádio. Busca-se averiguar, como o Estado Novo, potencializou, através das ferramentas de educabilidade, o higienismo no âmbito médico e, de mesma forma, no sócioformativo por meio do racismo estatal. Com relação ao “Referencial teórico-metodológico”, esta pesquisa se insere dentro de um trabalho genealógico Foucaultiano no examinar dos processos que efetivaram a vinculação Eugenia, Biopolítica, e Educabilidade. Os resultados obtidos evidenciam que os processos de educabilidade eugênica, assim como a própria educação, foram utilizados de forma efetiva, para consolidar as idealizações sócioformativas da população brasileira durante este período e, persistem hoje até hoje, através de medidas como, por exemplo, a não obrigatoriedade de alunos especiais em escolas públicas.

Palavras-chave: Eugenia, Biopolítica, Processos de Educabilidade, Estado Novo.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar cómo la eugenia se hizo efectiva cómo dispositivo biopolítico en los procesos de educabilidad en el Estado Novo (1937-1945). Más específicamente, busca: entender las cuestiones raciales, especialmente el mestizaje, como principal dispositivo para pensar y forjar a la población brasileña; investigar la relación entre eugenia y educación, dentro de la Era Vargas; comprender los dispositivos de educabilidad, como mecanismos formativos de las especies corporales de la población. En esta medida, al examinar las influencias de esta conexión, así como el carácter centralizador del Estado Novo varguista, se resalta primero que el proceso educativo se da no solo al interior de la escuela, sino de la misma manera, a través de instrumentos que estimulan, impulsan o instigan la educabilidad de los sujetos, consolidándose en su formación, en el campo directo y subjetivo. Por tanto, a través de estos análisis se pretende relacionar dichas medidas con la idealización de las especies corporales de la población, utilizando así el folleto La Juventud en el Estado Novo y divulgación eugenésica a través de la radio. Se busca constatar, al igual que el Estado Novo, a través de herramientas higiénicas, ha potenciado el higienismo en el campo médico y, de igual forma, en el socio-formativo a través del racismo estatal. En cuanto al “marco teórico-metodológico”, esta investigación es parte de un trabajo genealógico foucaultiano en el examen de los procesos que efectuaron la conexión entre Eugenia, Biopolítica y Educabilidad. Los resultados obtenidos muestran que los procesos de educabilidad eugenésica, así como la educación misma, fueron efectivamente utilizados para consolidar las idealizaciones socio-formativas de la población brasileña durante este período y, persisten hoy hasta hoy, a través de medidas como, por ejemplo, la naturaleza no obligatoria de los estudiantes especiales en las escuelas públicas

Palabras clave: Eugenia, Biopolítica, Processos de Educabilidad, Estado Novo

ABSTRACT

This paper aims to analyze how eugenics became effective as a biopolitical dispositif within the processes of educability of the Estado Novo (1937-1945). More specifically, it seeks to: understand racial issues, especially crossbreeding, as a main dispositif to think and forge the Brazilian population; investigate the relationship between eugenics and education during Era Vargas; understand the educability dispositifs as a formative mechanism of the population body-specie. To this extent, when examining the influences of this connection, as well as the centralizing character of Vargas Estado Novo, it is firstly emphasized that the educational process takes place not only in the school, but also, by means of instruments that stimulate, impel, or instigate subject's educability, consolidating in their formation, in a direct and subjective field. To this end, through these analyses, we intend to relate these measures to the body-specie of the population idealization, using the booklet *A Juventude no Estado Novo* and the eugenics dissemination through the radio. We seek to verify how Estado Novo, through the tools of educability, potentiated hygienism in the medical field and, likewise, in the social-formative field through state racism. In relation to the "Theoretical and methodological reference", this research is part of a Foucauldian genealogical work in the examination of the processes that links Eugenics, Biopolitics, and Educability. The results obtained show that the processes of eugenic educability, as well as education itself, were effectively used to consolidate the social-formative idealizations of the Brazilian population during this period, and persist to this day, through measures such as, for example, the non-compulsory attendance of people with disabilities in public schools.

Keywords: Eugenics, Biopolitics, Processes of Educability, Estado Novo.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BVS - BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE

MES - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

SNES – SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 REFERENCIAL “TEÓRICO-METODOLÓGICO” OU POR UMA INVESTIGAÇÃO SEM RÓTULOS	14
1.1 TEORIZAÇÕES EM FOUCAULT: GENEALOGIA, CORPO E SABER-PODER.....	15
1.2 FOUCAULT E A EDUCAÇÃO: ESCOLA, PODER DISCIPLINAR E DOSCILIZAÇÃO DOS SUJEITOS.....	18
1.3 POLÍTICAS CULTURAIS E O ESTADO NOVO (1937-1945): UMA BREVE ANÁLISE	20
1.4 O PROCESSO DE PESQUISA ENTRE COSTURAS E ARQUEOLOGIAS.....	21
2. BIOPOLÍTICA, RAÇA E O ESTADO NOVO BRASILEIRO: A POPULAÇÃO COMO PROJETO NACIONAL	28
2.1 A QUESTÃO RACIAL E A MISCIGENAÇÃO NO BRASIL: O PROBLEMA DA POPULAÇÃO NACIONAL	31
2.2 BIOPOLÍTICA, EUGENIA, INTELLECTUAIS E OUTRAS PERSPECTIVAS: PENSAR E CONSTRUIR O CORPO-ESPÉCIE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA.....	35
3. EUGENIA E EDUCAÇÃO NOS ANOS DE 1930: CAMPOS E CAMINHOS NACIONAIS	41
3.1 EUGENIA E EDUCAÇÃO NO CAMPO DAS IDEIAS: ESCRITOS TEÓRICOS DE UM COMO AGIR.....	43
3.2 EUGENIA E EDUCAÇÃO NO CAMPO DO POLÍTICO: O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE E AS CONSTITUIÇÕES DE 1934 E 1937	45
4. CORPO, COR E OS PROCESSOS DE EDUCABILIDADE NO ESTADO NOVO BRASILEIRO: EUGENIA E EDUCAÇÃO	51
4.1 DISPOSITIVOS DE EDUCABILIDADE: CARTILHA A JUVENTUDE NO ESTADO NOVO E O RÁDIO.....	52
CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

[...] estudar a emergência de um objeto – conceito, prática, ideia ou valor – é proceder à análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos que instituíram e “alojam” tal objeto¹. Não se trata de onde ele veio, mas como/de que maneira e em que ponto ele surge (VEIGA-NETO, 2017, p.61).

Desenvolver um entendimento acerca das análises relacionais entre Eugenia e Educação no Brasil, requer um olhar atento aos processos do fazer educativo, como também do se fazer a partir dele. Contudo, no que refere-se a especificidade biopolítica estado-novista, é necessário, além do duplo ativo acima assinalado, acrescentar que além da construção educativa em si, como de mesma forma, da concepção dos sujeitos por meio da educação, este último particularmente, se concretiza também na esfera do fazer-se sob uma certa constrição não violenta, da própria conexão educação/eugenia e seus processos, perante os sujeitos.

Neste sentido, o objeto aqui estudado, não se faz na “simples” consequência desse processo vincutivo entre Eugenia e Educação, mas sim no seu encadeamento histórico, através de uma elaboração discursiva e efetiva dos poderes que a ela se ligam, atestando

[...] a existência efetiva de um corpo-espécie da população, [...], ou seja, de produzi-lo como objeto de uma governamentalidade biopolítica, através da criação de laços orgânicos entre os coletivos que o constituem [...] e sua unificação numa nacionalidade comum (GADELHA, 2016, p.194),

Estes laços constituintes das coletividades, que integram por sua vez o corpo-espécie da população, são reforçados por mecanismos ou processos de educabilidade que alicerçam a eugenia, como dispositivo biopolítico, não somente pelo discurso médico/sanitarista, mas também, e sobre tudo, pela intenção racialista ocultada pelos mesmos, mas já presente nos debates teóricos sobre a população brasileira desde o início do século XX..

¹ VEIGA-NETO, 2017, p.61.

Outra questão importante é evidenciar, dentro destas compreensões de pesquisa, que tal interesse tem seu ponto em seu princípio em 2016, no decorrer do evento Encontro de Pesquisa em História da Educação e Cultura Escolar: Conceitos, Métodos e Trajetórias² realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Dentre as diversas pesquisas apresentadas, destacaram-se estudos referentes ao uso dos cadernos escolares como possibilidades de investigação, a utilização de fontes visuais na pesquisa em História da Educação, os rituais escolares como objeto, dentre outros. Tais perspectivas mostram que a trajetória acadêmica dentro do campo da História da Educação, oportuniza emergir em um espaço múltiplo e de inúmeras possibilidades de exploração, sendo a mesma considerada um “componente fundamental da história das práticas culturais e do cotidiano social” (ALMEIDA, 2014, p. 234).

A partir deste momento então, desperta a necessidade de uma breve apuração, com relação a suposta exiguidade de pesquisas – até aquele momento percebidas - referentes às observações assinaladas na abertura deste trabalho. Assim, de maneira imprevista, deparamo-nos com a obra do historiador porto-riquenho Jerry Dávila, denominada “Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)”, cujo objetivo, assinalado pelo próprio autor, é analisar as maneiras pelas quais a educação pública foi expandida e reformada de modo que institucionalizasse desigualdades raciais e sociais (DÁVILA, 2006, p. 13).

Por conseguinte, disfruto desta pesquisa como norte e espinha dorsal para possíveis outros trabalhos. Desta forma, surge assim a questão de pesquisa, como razão absoluta desta investigação: **Como o Estado Novo (1937-1945), utilizou da Eugenia para edificar práticas higiênicas e racialistas nos processos de educabilidade?** A partir desta dúvida, determinou-se então, o seguinte objetivo de pesquisa: **Analisar a eugenia enquanto dispositivo biopolítico nos processos de educabilidade no Estado Novo brasileiro.**

² Os Resultados deste evento originaram o Dossiê “História da Educação e Cultura Escolar: possibilidades de pesquisa”. Disponível em: <http://www.ieduc.org.br/ojs/index.php/licenciaeacturas/issue/view/10/showToc>.

Para atingir este objetivo, elaboraram-se os seguintes objetivos específicos:

1º Compreender as questões raciais, principalmente a mestiçagem, como dispositivo principal para pensar e forjar a população brasileira.

2º Investigar a relação entre eugenia e educação, dentro da Era Vargas;

3º Entender os dispositivos de educabilidade, como mecanismos formativos do corpo-espécie da população.

Entendendo, a partir deste problema de pesquisa, que o período ditatorial de Vargas tem como particularidade educacional, a intenção formativa de um coletivo análogo e, que a eugenia, “[...] manteve-se presente nas propostas políticas e educativas, no que concerne aos cuidados com o corpo [...], o controle da imigração, e a promulgação de leis trabalhistas” (PIZOLATI, 2018, p.111), a justificativa deste projeto de pesquisa, ancora-se no vislumbrar de tais inquirições a respeito deste cenário, assim como a tentativa de entender e analisar quais práticas de educabilidade foram desenvolvidas ao longo do Estado Novo brasileiro, com o objetivo de criar pertencimento de tais grupos no cenário educativo.

Desta forma, este trabalho está dividido em quatro capítulos: o primeiro, REFERENCIAL “TEÓRICO-METODOLÓGICO” OU POR UMA INVESTIGAÇÃO SEM RÓTULOS, pretende este trabalho dentro dos processos genealógicos Foucaultianos analisando o poder e sua “mutação” entre Poder Soberano, Poder Disciplinar e Biopoder ou, de uma “anátomo-política do corpo humano” (FOUCAULT, [1976] 2005, p.289), para uma biopolítica da população, discorrendo de mesma forma, acerca da relação entre Foucault e Educação. Além disso, desenvolve uma observação– dentro dos Estudos Culturais – o que para esta pesquisa é de suma importância, terminando tal escrita com O PROCESSO DE PESQUISA ENTRE COSTURAS E ARQUEOLOGIAS na necessidade de conhecer o campo de pesquisa e as relações concretas deste trabalho, com as especificidades da História e da Educação.

O capítulo dois, BIOPOLÍTICA, RAÇA E O ESTADO NOVO BRASILEIRO: A POPULAÇÃO COMO PROJETO NACIONAL desenvolve-se a partir da discussão acerca da raça como característica principal nas discussões

teóricas, externas ou internas, da realidade brasileira. Ademais, edifica-se a partir destes mesmos debates, como a mestiçagem – primeiramente negativada e depois vista como saída para branquear o Brasil - foi encarada pelos intelectuais, estrangeiros ou brasileiros, para se pensar a população brasileira ainda no final do século XIX e seu corpo-espécie no início do século XX, este último especificamente através do pensamento eugênico.

O capítulo três, EUGENIA E EDUCAÇÃO NOS ANOS DE 1930: CAMPOS E CAMINHOS NACIONAIS têm por objetivo desenvolver um estudo sobre a relação entre Eugenia e Educação em duas frentes: o chamado campo das ideias e o campo político.

O primeiro vincula-se a rede teórica do pensar a educação eugênica, através das obras Boletim de Eugenia, folheto que reunia intelectuais para pensar práticas desta ciência no país e suas concepções frente ao papel da educação e, Pais, Médicos e Mestres, obra que voltava-se a reflexão acerca desta associação família, saúde e educação, na intenção de melhorar os aspectos físicos, higiênicos e da raça nacional. Já o segundo, busca na análise das Constituições de 1934 e 1937, como também do próprio Ministério da Educação e Saúde, criado em 1937, constatar nas políticas que, primeiramente, pensar em educação era pensar em saúde e nesta mesma vinculação, adotar meios segregacionistas de cunho racial para dois grupos distintos no âmbito educacional, ou seja: uma educação para as elites e outra para o povo, mantendo-os, através dos processos formativos, em posições díspares na sociedade.

Já CORPO, COR E OS PROCESSOS DE EDUCABILIDADE NO ESTADO NOVO BRASILEIRO: EUGENIA E EDUCAÇÃO, apresenta-se como quarto e último capítulo desenvolvendo-se como consequência das interpretações dos processos de educabilidade, salientados por meio da cartilha A Juventude no Estado Novo e das entrevistas de Savino Gasparini, na rádio Tupi

Entendendo que educabilidade “[...] é a capacidade humana de aprender com as experiências” (DALBOSCO, 2018, p.15) e, ao mesmo tempo, que estas experiências são efetivadas também por um exercício de repetição intencional para aquilo que se pretender forjar no outro, como reflexo de uma idealização

formativa, tanto a Cartilha, quanto as entrevistas do então integrante do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária (GONÇALVES, 2011) do Governo Vargas, funcionam como instrumentos de instrução e plasmagem dos indivíduos e, por conseguinte, do corpo-espécie da população na sua intenção higiênica, não só na saúde, mas também da cor destas coletividades.

Outro aspecto importante com relação a estes mecanismos de expansão eugênica é o fato de estarem ligados ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), adquirindo extrema relevância neste período seja pelo rádio, jornais, livros e revistas, se consolidando também como “dimensão de um discurso político capaz de extravasar os restritos círculos de elite e atingir um público mais amplo [...]” (GARCIA, 2009).

1 REFERENCIAL “TEÓRICO-METODOLÓGICO” OU POR UMA INVESTIGAÇÃO SEM RÓTULOS

Assim, se quisermos adotar uma perspectiva foucaultiana, não devemos partir de conceitos, nem devemos nos preocupar em chegar a conceitos estáveis e seguros em nossas pesquisas, já que acreditar que eles tenham tais propriedades é acreditar que a própria linguagem possa ser estável e segura – uma suposição que não faz sentido nessa perspectiva. Muito mais interessante e produtivo é perguntarmos e examinarmos como as coisas funcionam e acontecem e ensaiarmos alternativas para que elas venham a funcionar e acontecer de outras maneiras (VEIGA-NETO, 2017, p.19).

Na consolidação da pesquisa como esforço produtivo de inserção e ratificação no respectivo campo, a construção relacional (prática-teoria-prática), apresenta-se como necessidade para que o presente estudo seja reconhecido e seu pertencimento validado.

Além disso, entre o percurso do se fazer pesquisa, encontra-se o duplo embate entre pesquisador e o próprio objeto que o trabalho toma para si, como *corpus* de análise edificado na pesquisa. *En el camino*, parafraseando Antonio Machado (1997), também se faz o investigador – atingido pela tríplice conjuntura relacional, transportada para o modo de investigação, onde sujeito/objeto (pesquisador/pesquisa) integram-se na ilusão do “talvez completar” o sempre aberto ato de procura.

Contudo, os estigmas totalizantes e definitivos que se refletem nas interpretações concretas e definitivas das hipóteses ou ferramentas acerca de certo momento histórico, quando se trata de analisar a partir de Foucault, acabam por se dissipar. Neste sentido, primeiramente, “[...] em vez de falarmos de uma teoria foucaultianas, é mais adequado falarmos em teorizações foucaultianas” (VEIGA-NETO, 2017, p. 19).

Para tanto, na intenção de conectar esta pesquisa com o trabalho de Foucault, priorizam-se os estudos que amplifiquem suas considerações a respeito do poder, visto que o mesmo “[...] se situa nas relações entre os homens e não sobre os homens” (SILVA, 2013, p. 902).

Em outras palavras, o funcionamento do poder evidencia-se na sua relação – ou reflexão – entre os corpos (FOUCAULT, [1979] 2014). Portanto, nota-se a partir dos escritos de Michel Foucault (1926-1984) que o importante não é saber o que é o poder, mas sim como ele atua e quais são os seus efeitos. Neste sentido, o poder representa um “papel diretamente produtivo”, [...] é multidirecional, funcionando de cima para baixo e de baixo para cima (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 243).

Ao mesmo tempo, no que se refere ao artifício ou estratégia metodológica aqui desenvolvida, é necessário o cuidado da fixação concreta e definitiva, visto que

Em parte para evitar as exigências impostas pelos rigores conceituais da tradição moderna, Foucault geralmente evita falar em método. Assim, por exemplo, ao se referir à genealogia, ele fala em “uma atividade”, uma “maneira de entender”, um “modo de ver as coisas” (VEIGA-NETO, 2009, p.89).

Na necessidade, portanto, de apresentar os “instrumentos de visualização” desta escrita, salienta-se a relação sempre pertinente e fundamental da mesma com o objetivo a ser, alcançado; como também e, acima de tudo, aos modos de trilhar o caminho e se sustentar nele, para que sua efetivação se torne real.

Desta forma, o tipo de pesquisa no qual este trabalho se insere, possui na genealogia seu procedimento principal, na medida em que “o genealogista é aquele que diagnostica e se concentra nas relações de poder, saber e corpo na sociedade moderna” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 140).

1.1 TEORIZAÇÕES EM FOUCAULT: GENEALOGIA, CORPO E SABER-PODER

Para Michel Foucault, dentro das sociedades ocidentais irão se desenvolver três formas ou tecnologias de poder: poder soberano, poder disciplinar e biopoder (TORRANO, 2007). Para tanto, torna-se de suma importância discorrer sobre estes, na medida em que

Foucault não escreveu uma teoria do poder, se por teoria, entendemos uma exposição sistemática. Antes, o que encontramos é uma série de análises, em grande parte histórica, acerca do funcionamento do poder (CASTRO, 2016, p.323).

O período pré-capitalista consolidou-se no campo político sob o domínio das Monarquias e dos Estados Modernos. Por conseguinte, neste último tempo no poder soberano aquilo que Foucault denominou de “fazer morrer e deixar viver” (2005, p. 287), ou seja, “a vida [...] passa a ser um direito que expressa a vontade do soberano [...]; assim como a morte passa a ser a condição mantenedora das relações de dominação” (NASCIMENTO, 2012, p.161).

Contudo,

[...] mesmo quando o príncipe é soberano absoluto, tem direito de vida e morte sobre seus súditos, dispõe de um exército numeroso e se cerca de uma pompa impressionante, aquilo que ele controla efetivamente se reduz a pouca coisa (CLAVAL, 1979, p. 150).

Nesta perspectiva, é na contraposição ao poder soberano, que advoga no controle dos encadeamentos sociais por meio da política do medo, que a ideia vinculativa do poder sobre a vida, no decorrer das consolidações relacionais de trabalho, passa agora a efetivar-se na sua valorização e promoção como mão-de-obra, através do poder disciplinar e da docilização dos corpos.

Com relação a este último, sua vinculação fixa-se ao valor representativo e histórico dos sujeitos dentro de uma posição relacional com o trabalho (FOUCAULT, 1987); por sua vez, a disciplina consolida-se como uma das tecnologias regularizadoras dos corpos (VILLADSEN, 2014) e,

[...] funciona de modo a ser maciça e quase totalmente apropriada em certas instituições (casas de detenção, forças armadas) ou usadas para fins precisos em outras (escolas, hospitais); ela poderia ser empregada por autoridades preexistentes (controle das doenças) ou por parte do aparelho judiciário dos Estado (polícia) (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 201).

Torna-se importante ressaltar nessa pesquisa, ainda sim, outro conceito muito importante que, se ao mesmo tempo remete-se a disciplina, é também compreendido como múltiplo e fluido tanto quanto o próprio poder (STASSUN; ASMANN, 2010): o dispositivo. Logo, partindo dessa não permanência conceitual foucaultiana – em termos de exatidão –, o termo dispositivo é desenvolvido como

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2000, p.244).

No tocante ao poder disciplinar, na noção proveniente do olhar crítico do filósofo, referindo-nos ao resultante visível do poder na regulamentação da vida, passa ao biopoder, na esfera não mais do controle e regulamentação dos sujeitos – anatomicamente falando –, mas sim das populações, agora sob o controle do Estado.

Em outras palavras, essa “anátomo-política do corpo humano” (FOUCAULT, [1976] 2005, p.289) por meio deste adestramento/controle/condicionamento particularizado, transfigura-se em biopolítica da população, voltando-se à organização da vida coletiva (FURTADO; CAMILO, 2016) através de políticas públicas.

Como exemplo desta condução biopolítica associada a população, enquanto corpo uno, pode-se observar na sua legitimidade, aquilo que Foucault denominou de governamentalidade, quer dizer, “[...] um conjunto de técnicas de gestão que resultam num contexto de poder [...]” (BRANCO, 2015, p.71), onde corresponde a uma “simbiose” – com muitas aspas – no plano dos poderes, entre aquele que exerce o poder e aquele sobre o qual o poder é exercido.

Por conseguinte, entendendo que as relações de poder geram certos tipos de saber, que por sua vez, produzem efeitos de poder, ou seja, “[...] produzem verdade, fabricam saberes, criam modos de ser” (LEMOS; CARDOSO JÚNIOR, 2009, p.356), o controle perpassa não somente o aspecto formativo direto das populações, mas também suas subjetividades.

Neste sentido, o desenvolvimento deste trabalho a partir de sua titulação *A Eugenia enquanto dispositivo biopolítico nos processos de educabilidade no Estado Novo (1937-1945)*, assim como sua referência teorizante, consolida-se na pesquisa do dispositivo eugênico, como campo de saber-poder constituinte de práticas e políticas, refletindo-se na formação e idealização do corpo-espécie da população, fundamentado nos processos de educabilidade.

1.2 FOUCAULT E A EDUCAÇÃO: ESCOLA, PODER DISCIPLINAR E DOSCILIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Dentro da composição bibliográfica consolidada por Michel Foucault, nenhuma obra fundamentou-se exclusivamente a respeito da educação ou do espaço escolar. Neste sentido, para os que pesquisam “[...] no campo da Educação, é difícil superestimar a contribuição que a perspectiva foucaultiana trouxe para o entendimento das relações, entre escola e sociedade, [...]” (VEIGA-NETO, 2017, p.11).

Entretanto, em sua obra “Vigiar e Punir: história das violências nas prisões” (1987), provavelmente a que melhor trate da matéria “educação” dentro de suas explanações filosóficas, destacam-se suas considerações a respeito do ambiente escolar, quando incorpora à mesma e às práticas escolares, as reações intensas e sólidas das relações de poder reproduzidas direta e indiretamente sobre os indivíduos.

De mesma forma não somente o fez, na adjetivação deste ambiente como sendo de “vigilância e controle” (YOUNG, 2007, p. 1290), como também na conceitualização da mesma e de suas práticas, através do poder disciplinar e da governamentalidade. Desse modo,

[...] as instituições escolares [...] - que assumiram um importante papel na fabricação de corpos dóceis -, passam a dividir com a organização estatal e suas novas práticas de governo, outras possibilidades de condução das condutas (Foucault, 1987,2008b).

O excerto acima instiga-nos à sua interpretação, pois traz consigo a conformação dos sujeitos como uma das principais características do espaço escolar, a partir da universalização do poder disciplinar. Além disso, ao dividir com o Estado a gestão formativa desses indivíduos, indica que este se faz de forma sincrônica, tanto com base na vinculação hierárquica, quanto na associação interna das instituições.

A instituição escolar apresenta, portanto, um duplo caráter funcional combinatório dentro das relações de poder e disciplinamento, visto que, “disciplinarizar é tanto organizar e classificar as ciências, quanto domesticar os corpos e as vontades” (GALLO, 2004, p.82). Conseqüentemente, se ao mesmo tempo a escola propicia o acesso ao conhecimento, também o faz através de tecnologias que regulam nossos corpos, sendo a disciplina portanto, uma delas (VILLADSEN, 2014).

Dentro do aspecto organizacional, no que concerne a visualização disciplinar no interior do ambiente escolar, a relação com os corpos pode ser observada de forma específica, quando a mesma

[...] organiza o espaço através de uma repartição dos indivíduos; controla a atividade através do controle do tempo; especifica o indivíduo generalizando-o através de uma vigilância hierárquica; organiza as diferenças através de uma sanção normalizadora e reproduz e produz saber através do exame (PORTOCARRERO, 2004, p.172).

Observam-se claramente na referência de Portocarrero (2004), os objetos envoltos nesta normalização utilizada na escola: a especificidade da distribuição dos alunos dentro da sala ocorre de forma ordenada; a regulação temporal é simbolizada por um sinal, que delimita a troca e o fim dos períodos (fases) das aulas, assim como a saída e a chegada dos estudantes; a distinção entre os alunos e o (a) professor (a) evidencia-se, como forma de manutenção das hierarquias e das condutas; a sanção normalizadora advém do caráter obrigatório dos uniformes; e a valoração dos sujeitos cumpre-se através das avaliações correntes.

Nestes aspectos, portanto, ratificam-se as aproximações do poder disciplinar nas instituições estudadas por Foucault, visto que suas

equivalências comportamentais e tecnológicas, e, acima de tudo, a necessidade da repetição destes processos, tem como objetivo a naturalização fundamental dos mesmos.

1.3 POLÍTICAS CULTURAIS E O ESTADO NOVO (1937-1945): UMA BREVE ANÁLISE

A centralização administrativa do Estado Novo brasileiro, na intenção de arquitetar a nova sociedade, impondo-se o mesmo, na reflexão sócioformativa não só dos indivíduos, mas acima de tudo, da coletividade e seu corpo-espécie, tem nas políticas culturais uma de suas ferramentas essenciais para atingir o campo educativo e os processos de educabilidade.

Entretanto, dentro do recorte temporal aqui assinalado e, sua relação fundante e de certa forma consagrada as políticas culturais, ao mesmo tempo em que “[...] nos anos 30 assiste-se a uma verdadeira revolução na relação do poder público com a cultura, lançando-se as bases da atividade cultural moderna do Estado” (DÓRIA, 2001, p.86), destaca-se também que não é só pela ação efetiva do Estado que as políticas culturais se arquetam e efetivam, mas também pelas pessoas que a ela estão envolvidas e seu entendimento acerca da mesma e suas intenções.

Neste sentido, ao dissertar sobre sua conceitualização, destaca Canclini (2001. p.65) que,

Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad.

Um dos intelectuais envolvidos na criação, difusão e consolidação das políticas culturais durante o Estado Novo é o ministro da Educação e Saúde,

Gustavo Capanema (1900-1985). Nesse período, as políticas culturais, se num primeiro momento, definiam o que seria produzido, na consolidação das ideologias do governo, eram também fundamentadas pela nacionalidade (VELLOSO,1997)., enquanto dispositivo unificador da brasilidade.

Esta nacionalidade, por sua vez, carrega consigo um duplo conectivo que no seu aspecto teórico-formativo, salienta a mestiçagem como uma identidade singular da brasilidade. Porém, concomitantemente a elevação da mistura racial nas políticas culturais do período, é na sua própria configuração que, por meio dos processos educativos e de educabilidade, mascara as práticas racialistas no cenário de constituição do corpo-espécie da população, através da práxis higiênica e sanitária.

1.4O PROCESSO DE PESQUISA ENTRE COSTURAS E ARQUEOLOGIAS

O fazer pesquisa possui caracteres duplos, visto que é ao mesmo tempo um “costurar de ideias” - na necessidade de fortalecimento do próprio trabalho, edificando suas bases em pesquisas próximas - e, um trabalho arqueológico, no sentido de “escavar” em diferentes fontes (“linhas estratigráficas”), artefatos que consolidem as perguntas e objetivações que nosso trabalho pretende realizar.

Neste sentido, torna-se necessário a construção do “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento”, visto que o mesmo é “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, [...]” (MOROSINI, 2015, p.102). Tais processos são entendidos como fases de trabalhos que a Dissertação/Tese terá de passar para melhor entendimento e consolidação do campo, para os pesquisadores que visam o mais adequado referencial. É essencial, assim, realizar um completo e sólido *corpus* de análise.

No que se refere a este último, sua edificação fixa-se como ferramenta efetiva, filiando-se em pesquisas acadêmicas já realizadas e publicadas nas plataformas específicas. Por conseguinte, no que diz respeito ao desenvolvimento desta escrita, foram desenvolvidos “processos de

garimpagem” em duas plataformas importantes: o Banco de Teses e Dissertações da Capes (BTD CAPES) e a Coleção de Teses e Dissertações da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (TEDE PUCRS).

Evidencia-se na seleção específica das fontes que consolidam esta dissertação, a necessidade de construção de descritores que legitimem o trabalho. Desta forma “A Eugenia enquanto dispositivo biopolítico nos processos de educabilidade no Estado Novo (1937-1945)” tem por base descritiva de pesquisa três pares de filtragem, cuja intenção se faz pertinente na melhor análise das construções acadêmicas, são eles: Educação *AND* Estado Novo (1937-1945), Eugenia *AND* Biopolítica e Eugenia *AND* Educação.

Entendendo-se a pesquisa como um processo sempre em movimento, os pares de filtragem acima referidos realizaram-se como mecanismos de coligação mais efetivos aos trabalhos acadêmicos que consolidassem esta dissertação. Além disso, ao desenvolver a explicação sobre os conjuntos apresentados e sua relação com a seleção das referências bibliográficas que alimentam este Estado do Conhecimento, nota-se a utilização do “Operador Lógico” ou “Operador Booleano” *AND*.

Segundo o Tutorial de Pesquisa do Portal de Revistas Científicas da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), o uso desta intersecção “recupera revistas cujos títulos ou temas contenham as palavras/termos da pesquisa”. Dito isto, sustenta-se de mesma forma que, se a função terminológica ao qual o vocábulo tem seu uso, é fiel na seleção de revistas a qual se pretende pesquisar através das palavras-chave, de mesma forma, a especificidade é referida ao centralizar-se na busca por trabalhos acadêmicos.

Voltando nossa atenção às ferramentas de seleção como formas de extração das pesquisas, notabiliza-se a utilização de sete fases que acompanharam os pares de filtragem até a consolidação do Quadro 1 : Busca Geral, onde realizar um mapeamento do campo de pesquisa e suas publicações é primordial para se conhecer suas potencialidades; Grande Área do Conhecimento, centrando a exploração dentro do cenário das Ciências Humanas; Grande Área do conhecimento e Área do Conhecimento (História ou Educação); Grande Área do Conhecimento e Área do Conhecimento “Campo Duplo” (História e Educação), cujo e objetivo se dá na averiguação das

possibilidades desenvolvidas na apresentação desta pesquisa e a confirmação da mesma como contribuinte; Recorte Temporal de produções entre 2009 – 2019, visto que a maximização deste recorte auxilia nos achados de outras produções acadêmicas; Título e Resumo.

Após estes processos seletivos, o caráter deste Estado do Conhecimento apresenta-se com 21 trabalhos, sendo 19 Dissertações e 02 Teses (quadro 04). Evidencia-se, para melhor entendimento do Campo de Pesquisa, a leitura interpretativa dos dados apresentados, em três aspectos:

Quadro 4 - Trabalhos elencados oriundos da pesquisa final do Estado do Conhecimento: “Decapagem” e descritores.

BANCO DE DADOS	ANO	REFERÊNCIAS
BTD CAPES	2018	PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição. Discurso Eugênico na I Conferência Nacional de Educação (1927 – Curitiba / PR – Brasil) . 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2018.
	2017	RECH, Rafaela. (Bio) políticas Educacionais E Eugenia Nos Tempos Do Ministro Gustavo Capanema . 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade De Santa Cruz Do Sul.. Santa Cruz do Sul, 2017.
	2017	TATSCH, Marcelo. Biopolítica na Era Vargas: A Nacionalização dos Imigrantes Alemães por Meio Da Educação . 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade De Santa Cruz Do Sul, Santa Cruz do Sul. UNIS (Continuação) 17.
	2016	KERN, Gustavo Da Silva. “Educar é eugenizar”: racismo, eugenia e educação no Brasil (187 (Continua) (Doutorado em Educação). Universidade I Do Sul, Porto Alegre, 2016.
	2016	ROSA, Camila Francisca Da. Raça, Biopolítica E Educação: Dispositivos De In/Exclusão 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade De Santa Cruz Do Sul, Santa Cruz do Sul Biblioteca Depositária: UNISC. Santa Cruz do Sul, 2016.
	2015	SCHMITZ, Zenaide Inês. É preciso plasmar na cera virgem, que é a alma da criança, a alma da própria Pátria: cartilhas escolares e doutrinação infantil no contexto da Era Vargas (1937-1945) 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Comunitária Da Região De Chapecó, Chapecó, 2015.

BTD CAPES	2015	SILVA, Daniele Hungaro da. Da Docilização dos Sentidos, “Da Renovação de Quadros e Instituições Pedagógicas, de Programas ou de Conteúdo”: A Escola Primária em Santa Catarina (1930-1945) 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis. Florianópolis, 2015.
	2014	SILVA, Carla Adriana Batista da. Biopolítica E Governamentalidade: Conexões Entre “Raça”, Saúde, Educação e a Emergência da População nos Anos 1920 E 1930 no Brasil. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC. Santa Cruz do Sul, 2014.
	2013	BEZERRA, Michele Rodrigues. Orientar espíritos; formar cidadãos: o saneamento da nação em Cartilhas de Higiene (1920/1930). 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.
	2013	BONFIM, Paulo Ricardo. A educação no movimento eugênico brasileiro (1917-1933). 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco. Itatiba, 2013.
	2012	KERN, Gustavo Da Silva. Ações afirmativas e Educação: Um estudo genealógico sobre as relações raciais no Brasil. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.
	2012	LEMOS, Vanessa dos Santos. Propaganda e coerção na política educacional do Estado Novo (1937-1945), em Pelotas/RS. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.
	2011	PINTO, Felipe Menezes. O vermelho e o negro: Intolerância, Construção da Identidade Nacional e Práticas Educativas durante o Estado Novo (1937-1945) 130 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal De Minas Gerais Belo Horizonte, 2011. (Continua)
	2011	SILVA, Ana Paula da. “A lição da mocidade reta”: Um olhar sobre biografias de Getúlio Vargas para crianças e jovens (1937-1945). 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.
	2010	CARVALHO, Luiz Felipe de. Educação e Unidade Nacional no Estado Novo: O Primeiro Congresso de Brasilidade (1941) 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Do Rio De Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.
	2010	SOUZA, João Fernando Silva de. Fé, Trabalho e Amor à Pátria: Os Livros da série Fontes construindo brasileiros no Estado Novo (1937 – 1945). 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação).

		Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2010.
	2009	COSTA, Verônica Albano Viana. Entre imagens e palavras: educação e nacionalismo no Estado Novo (1937-1945) . 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
TEDE PUCRS	2017	FIGUEIREDO, Milene Moraes de. A nacionalização do Ginásio Teuto-Brasileiro Farroupilha: um complexo jogo de adesões e resistências (1937-1945) . 176 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. PUCRS. Porto Alegre, 2017.
	2017	MUNARETO, Geandra Denardi. A Ciência como regeneradora da Nação: Eugenia e Autoritarismo no pensamento de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Renato Kehl e Belisário Penna . 286 f, Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. PUCRS. Porto Alegre, 2017.
	2013	MUNARETO, Geandra Denardi. Por uma nova raça: pensamento médico eugênico no Rio Grande do Sul (1920-1940) . 170 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. PUCRS. Porto Alegre, 2013.
	2009	GARCIA, Frederico Brittes Nordin. Colônias de férias: a formação do estudante ideal no Rio Grande do Sul (1938-1945) . 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Fonte: O autor (2021)

(Conclusão)

O primeiro vincula-se a Área do Conhecimento Educação, onde se notabiliza uma massiva produção acadêmica (15 trabalhos). Tal asserto reflete o caráter múltiplo do Campo de Pesquisa e suas diversas possibilidades de estudo, visto que seus diálogos convergem com praticamente todos os cenários científicos.

Ao realizar um levantamento por Estado (segundo aspecto) cuja intenção fortalece a aproximação do pesquisador com seus pares e também um melhor conhecimento do universo do assunto pesquisado – segundo aspecto – observamos a predominância extrema de produções na região Sul do país: 12 pesquisas no Rio Grande do Sul e 03 em Santa Catarina. O restante dos trabalhos se dissolve entre três Estados da região Sudeste: Rio de Janeiro (03 trabalhos), Minas Gerais (02 trabalhos) e São Paulo (01 trabalho).

Deste modo, ao discorrer inicialmente sobre as investigações “escavadas” nas plataformas universitárias abarcadas pelo duplo *Educação AND Estado Novo (1937-1945)*, torna-se possível reconhecer o extenso caráter e sentido propagado pela educação neste período. Tal afirmação abrange desde políticas concretas de Nacionalização do Ensino, na procura homogeneizadora de grupos étnicos alemães (FIGUEIREDO, 2017 e TATSCH, 2017), e italianos (SOUZA, 2010), até a utilização de uma rede mais ampla de coerção propagandística (LEMOS, 2012) como eventos cívicos, a efetivação da disciplina da Educação Física nas escolas, a própria instituição escolar, entre outros.

No que concerne às construções representativas do Estado Novo, através da divulgação documental específica - tais como Livros Escolares e Revistas (COSTA, 2009), Biografias sobre Getúlio (SILVA, 2011) e Cartilhas Escolares (SCHMITZ, 2015) - o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) efetivou-se como instituição base para a consolidação das políticas e programas nacionalistas e, de mesma forma, a efetivação do ideário social almejado. Em uma análise mais ampla destes materiais impressos pelo Governo, configura-se não somente o entendimento de quais eram os sujeitos pertencentes nos projetos nacionais idealizados, mas de mesma forma, qual padrão era intolerável pelo autoritarismo do Estado-novista e, pelas práticas higienistas modernas: comunistas e negros (PINTO, 2011).

Ao mergulhar nas práticas pedagógicas intra-escolares, nota-se a utilização dos Métodos de Ensino como recursos para a “Doscilização dos Sentidos” (SILVA, 2015), objetivando produzir seres passivos e obedientes aos planos políticos de Nação.

O duo *Eugenia AND Biopolítica* por sua vez, ao ser concebido como um dos três pares de filtragem manifesta-se formado por pesquisas que se relacionam com esta idealização dos sujeitos enquanto práticas político-pedagógicas, tanto no viés Biológico-formativo quanto no campo subjetivo e comportamental.

Neste sentido destacam-se pesquisas que apresentam a narrativa racista como discurso modelo para a constituição de práticas de inclusão / exclusão, “ajustamento” dos sujeitos negros e branqueamento (KERN, 2016 e

2012; ROSA, 2016); como constituição da ideia de população (SILVA, 2014); como base do discurso médico (MUNARETO, 2013) voltado a interpretar a realidade brasileira e fomentar o futuro social do país e, a relação dos pensadores aliados à Vargas com a ciência do melhoramento da raça (MUNARETO, 2017).

A inserção da eugenia como ferramenta ativa nas práticas políticas do Estado Novo e, de mesma forma sua ligação com a intelectualidade brasileira – principalmente o grupo teórico do Governo –, mostram-se em pesquisas desenvolvidas no âmbito *Eugenia AND Educação*.

Podem-se dividir tais trabalhos entre o “Campo das Práticas”, no qual o contexto higienista-moderno abrange também as instituições escolares, especificamente com as *Cartilhas de Higiene* (BEZERRA, 2013) e a efetivação do Programa Colônia de Férias (GARCIA, 2009), demonstrando que a formação do indivíduo compactuava com as crenças eugênicas; e “Campo das Ideias”, que analisa a estreita relação entre educação e eugenia na formulação de periódicos e boletins (BONFIM, 2013), congressos (CARVALHO, 2010) e conferências (PIZOLATI, 2018), assim como o próprio Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema (RECH, 2017).

O terceiro aspecto, por sua vez, apresenta-nos que tais pesquisas, em sua maioria, enquadram-se na categoria Dissertação, tendo o Doutorado apenas dois trabalhos assinalados. Este aspecto nos demonstra a necessidade de trabalhos de mais fôlego (quatro anos), e de mesma forma, coloca-se esta escrita como contribuinte para futuras.

2. BIOPOLÍTICA, RAÇA E O ESTADO NOVO BRASILEIRO: A POPULAÇÃO COMO PROJETO NACIONAL.

A racionalidade humana, acompanhada dos conhecimentos técnicos e científicos, tem realizado as mais diversas modalidades de crimes e assassinatos em massa, em distintas escalas, em práticas que vão da guerra ou descaso com os não cobertos pela seguridade social, de maneira que tal articulação passe nos mais diversos campos de intervenção social, tais como os campos jurídicos, médicos, militares, pouco importa, desde que funcione algum modo de controle, de exclusão, de eliminação (BRANCO, Guilherme Castelo, 2015, p. 73-4).

A década de 30 apresenta ao Brasil, em contraponto ao liberalismo e a fragmentação da Primeira República (1889 – 1930), uma nova estrutura político-administrativa consolidada a partir do Estado Novo Vargas. Necessitada de um governo que centralizasse e articulasse uma rede de outras ordenações, tal sistema caracterizava-se pelo autoritarismo, pela arquitetura da Nação e, principalmente, por um – até então – inédito processo relacional de pesquisa e construção do corpo populacional.

Neste sentido, visto que “os regimes autoritários obtêm o essencial de sua eficiência com que utilizam a administração para modelar a sociedade civil” (CLAVAL, 1979, p.188), torna-se importante ressaltar que a associação autoritarismo/população eleva-se aqui como mecanismo formativo e estruturante de uma nova sociedade brasileira, através do *duo* Biopolítica e Raça.

Com relação ao primeiro, é com a mudança basilar das relações de trabalho que a preocupação com o sujeito e seu valor são ressignificados. Haja vista que,

[...] se antes o Estado tinha o poder sobre a vida e a morte dos indivíduos, [...], a partir do século XVII, o poder político assumiu a tarefa de gerir a vida através da disciplina dos corpos ou dos controles reguladores da população (JUNGES, 2011, p.173).

Tal controle acentuado sobre a vida e os modos de viver assinala-se fortemente no domínio sobre o corpo e por consequência, este se faz na

intenção coordenada de seu reconhecimento funcional e automaticamente útil a sociedade.

Desta maneira,

O principal objetivo do poder disciplinar era produzir um ser humano que pudesse ser tratado como corpo dócil. Esse corpo dócil também deveria ser um corpo produtivo. A tecnologia da disciplina desenvolveu-se e foi aperfeiçoada em fábricas, casernas, prisões e hospitais, em cada um destes lugares, o objetivo era um ‘aumento paralelo de utilidade e docilidade’ dos indivíduos e das populações (DREYFUS; RABINOW, 2010, p.178).

O vislumbrar das intervenções biopolíticas, alimentadas pelo jogo “saber, poder e verdade” (FOUCAULT, 2006a, 2008, 2014), entretanto, atuam não somente no campo disciplinar e rígido, mas também se caracterizam pelo gerenciamento esparsos e ao mesmo tempo particularizado das relações de poder, “em que a população – enquanto corpo-espécie que é preciso gerir-se torna o principal alvo deste tipo específico de poder” (SILVA, 2014, p.13).

Assim, o processo argumentativo e a visualização do poder com relação à população destaca-se agora na ascensão do “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 2005, p.285), adotando um caráter regularizador e constitutivo, no campo direto e subjetivo, sobretudo no recorte histórico analisado nesta pesquisa.

Desse modo, porquanto

O corpo-espécie da população como problema aparece somente no final do século XIX e mesmo assim não se constrói uma política estratégica de governo dessa população imediatamente a sua aparição. É necessário aguardar os anos 1930 e, mais especificamente, o Estado Novo para que a população seja objeto de um biopoder cada vez mais articulado na forma de governo (SILVA, 2015, p.247).

A raça por sua vez, alicerçando-se sincrônica e historicamente as afirmações identitárias dos Estados-Nação na Europa – “embora o uso dos termos raça e nação como sinônimos só se tenha tornado predominante no final do século XIX” (SCHILLER;FOURON,1997,p.35) – e pela nova importância relacional dada a população³, se consolida como objeto de interpretação e justificativa, através da equivocada utilização da Teoria Evolucionista de Charles Darwin (1809 – 1882), refletindo-se *a posteriori*, na consolidação de estruturas classificatórias para o humano.

É na esteira do período oitocentista, em oposição às ideologias de igualdade, fraternidade e humanidade, que surgem discursos ressaltando as diferenças, tendo a raça como justificativa maior. Além disso, destacando-se fundamentalmente que é na forte necessidade qualificativa, de aproximação com o cientificismo, por parte dos estudos raciais, que tais hipóteses deslocam consigo uma auto reputação de verdade e realidade (SILVEIRA, 2005). Sob a égide científica, portanto, e na objetivação da exclusão e violência pela diferença “rapidamente expressões como ‘sobrevivência do mais apto’, ‘adaptação’, ‘luta pela sobrevivência’ escapavam do terreno da biologia e ganhavam espaço nas demais disciplinas” (SCHWARCZ, 2018, p.405).

Consequentemente, é no discurso de traslado da ordem e do progresso (BONFIM, 2017) a outros povos ditos como “não civilizados”, que o europeu permite-se explorar e rebaixar o não europeu a subcategorias, organizando-os em castas distintas conforme características psicológicas, morais, comportamentais e biológicas, onde o “branco era considerado como sendo ‘civilizado e superior’, os indígenas e os negros ‘selvagens, primitivos e inferiores’ e os mestiços degenerados” (MACIEL, 1999, p. 126).

Neste sentido, teorias como a Craniometria, a Antropologia Criminal e, principalmente a Eugenia, inspiradas pelo Darwinismo Social, surgiram como instrumentos demonstrativos e fixadores das oposições, influenciado não somente a Europa, mas também o Brasil, a adotarem políticas e práticas mais ativas acerca do idealismo racial de suas populações.

³ Especialmente como consequência da suposta neutralidade dos discursos científicos.

Importante salientar que dentro destas correntes teóricas, a questão da herança genética torna-se substancial para consolidar suas argumentações raciais “científicas”, principalmente na Antropologia Criminal de Cesare Lombroso (1835 – 1909) e na Eugenia de Francis Galton (1821 – 1911), visto que, no que compete a este último: “o termo Eugenia (Eu: Boa; Genus: Geração) fora criado em 1883 [...], e referendava a noção de que a capacidade humana estava diretamente ligada à hereditariedade” (SCHWARCZ,2018,p.406).

Á vista disso, inspirando-se nos valores europeus e seus modos de viver e pensar, o Brasil adere a estes com anseios de inserção entre as nações modernas. Além, na indicação de que o país fora “[...] uma nação seduzida pela ideia de que a ciência pode ser o arbítrio final das relações sociais” (D’AVILA, 2006, p. 52), tal argumento coloca-se como ferramenta essencial para explicar a realidade racial, assim como o vislumbre frente à idealização do corpo-espécie da população, especialmente no que se refere ao Brasil estado-novista.

2.1 A QUESTÃO RACIAL E A MISCIGENAÇÃO NO BRASIL: O PROBLEMA DA POPULAÇÃO NACIONAL

Entendendo que a história do Brasil, sobretudo durante o século XIX, é uma história de raça, ou seja, vinculada às Ciências Biológicas e não a atos e feitos humanos; e por conseguinte, ao analisarmos os discursos sobre os processos de interpretação da população nacional, atenta-se que seu pensar dar-se-á ainda no período de pós-independência (BARBATO,2014) e pós-abolição, seja no âmbito externo, quanto na interioridade de suas argumentações, respectivamente.

Referindo-nos as exterioridades discursivas, destacam-se as apreciações de estrangeiros como Gustave Le Bon (1841 – 1931), Louis Agassiz (1807 – 1873) e, sobretudo, Arthur de Gobineau (1816 – 1882), dado que, para estes, dentro dos debates e escritos quanto ao caldeamento racial,

“[...] a se considerar a ideia de Estado-Nação moderno, conforme a imaginação europeia, o Brasil, de fato, era inviável” (SILVA, 2015, p. 247- 8).

Com relação especificamente ao Conde de Gobineau, diplomata francês no Brasil e bastião teórico do racismo científico, observa-se que sua posição condenatória frente aos negros, mas acima de tudo a miscigenação como realidade à sociedade brasileira, evidencia-se em sua obra *Ensaio sobre as Desigualdades das Raças Humanas* (1855), onde o mesmo afirmava, segundo Maciel (1999), que se não fosse institucionalizado um programa de branqueamento no Brasil, o desaparecimento populacional se daria dentro de 200 anos.

Por consequência, seu olhar sobre a

[...] história mundial procurava obsessivamente identificar o progresso e a inovação como associação às raças brancas, [...] seguindo-se a degeneração e o declínio devido às misturas com as raças mais escuras [...] (BETHENCOURT, 2018, p.384).

Torna-se importante destacar, portanto, a partir das concepções “teóricas” de Gobineau acima citadas, a emergência de dois conceitos fundantes para a construção da teoria racista: o conceito de Arianismo, ou seja, que existiria uma raça branca superior e que tal colocação dava-se pela mesma nunca ter se misturado a outras (BLIKSTEIN,1992); e o conceito de degeneração da raça humana, por meio da miscigenação, uma vez que “a hibridização resultaria sempre na permanência do gene mais fraco, menos apto e na potencialização dos defeitos e imperfeições gerações após gerações” (DIWAN, 2018, p. 89).

Com relação aos debates teóricos dentro da sociedade brasileira e seu pensar sobre a população nacional, na procura pelo entendimento das misérias sociais, a *intelligentsia* tropical, nas figuras de Raimundo Nina Rodrigues (1862 – 1906), Sílvio Romero (1831 – 1914), João Batista Lacerda (1846 – 1915), dentre outros, acabam sendo influenciados pelas teorias racistas da Europa, dado que, para estes, da mesma forma que para os teóricos socioraciais do “velho mundo”, “a caracterização do Brasil como um país mestiço [...], era

considerado como um entrave, a razão do atraso ou não progresso do país [...]” (MACIEL, 1999, p.123).

Em outras palavras, percebe-se

O quanto a raça fora um problema para os ‘planejadores sociais’ [...], quando as grandes questões norteadas pelo escravismo deram lugar as não menores questões relacionadas a presença negra na composição da população nacional ou mesmo da miscigenação como fator dominante da formação social do país (SILVA, 2015, p. 249).

A questão racial permanecia intensa dentro dos debates na elite intelectual do país, a ponto de se afirmar, mesmo após a abolição da escravidão, em 1888, que “a liberdade é negra, mas a igualdade é branca” (SCHWARCZ, 2018, p.409), ou seja: mesmo sendo a população negra não mais cativa, sua colocação dentro da sociedade brasileira e seu aceite como partícipe integral desta população é negada, muito por conta do que Barros (2014) denominou de *A Construção Social da Cor*.

Acentua-se, de mesma forma, que tal preocupação geracional de cunho biológico individual, mas também formativo – no tocante ao corpo social – se apresenta ao longo da história como meta, destino ou intenção de inúmeros povos antigos e contemporâneos. Conquanto, “embora o preconceito racial permeie a história [...] ao longo do tempo, sua naturalização é recente” (MUNARETO, 2013, p. 41) e prontamente sinalizada em atividades profusas que se estendem desde os assassinatos de recém-nascidos com algum tipo de má formação, em Esparta, até as realizações nazistas durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) ou as políticas imigratórias, realizadas no Brasil.

Entretanto, se a miscigenação era compreendida de forma negativa, sobretudo durante o século XIX, ulteriormente, é nas primeiras décadas do século XX, mas precisamente com o Movimento Modernista e com a Semana de Arte Moderna de 1922, que a miscigenação, na necessidade de antagonismo ao europeu e, na edificação “de uma identidade brasileira que valoriza o que já nos é próprio” (CHAN, 2015, p.34), torna-se o pavilhão principal de uma nova perspectiva sobre a população.

Nesta perspectiva, no que compete à transformação conectiva entre raça e população, observamos já no período novecentista, a concretização do duplo conceitual firmado com Reinhart Koselleck (1923 – 2006), denominado “Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa” ([1979] 2006).

Diferentemente do que se possa interpretar em um primeiro momento, torna-se fundamental advertir que tais conceitos,

São categorias complementares, visto que a experiência abre espaço para um certo horizonte de expectativa. Mais ainda, uma experiência ou o ‘registro de uma experiência’ referido a um passado remoto pode produzir, em outra época, expectativas relacionadas ao futuro (BARROS, 2016, p. 47).

Diante disso, é na mutação do “espaço de experiência” racial, por meio da miscigenação, trabalhado por certos setores da elite intelectual como realidade positiva e singular, que a partir da década de 30, a mesma figura como “horizonte de expectativa” fundante na (re)construção da população nacional e da identidade brasileira, associando-se ao constructo Democracia Racial.

Tal caráter democrático, embora não tenha sido diretamente forjado por Gilberto Freyre (1900 – 1987), em sua obra *Casa Grande e Senzala* ([1933] 2001), salienta, nas palavras de Hofbauer (2007, p. 159) que a mestiçagem “[...] aparece quase como uma prova da – postulada – convivência harmoniosa entre as ‘raças’”. Porém, é na suposta edificação paritária entre negros, índios e brancos que exalta-se no Brasil, a negação do preconceito racial, devido ao próprio fato do processo de hibridização, o que de fato é falacioso.

Referindo-nos principalmente ao aspecto político, é com a Era Vargas (1930 – 1945), que a Democracia Racial

[...] passa a ser articulada como estratégia biopolítica, nos anos 1930, [...] sobretudo, a maneira como no Brasil as relações raciais passam a ser interpretadas e vividas cotidianamente (SILVA, 2017, p.605).

Assim, é precipuamente nas políticas do Estado Novo Vargasista, que se adota, como possibilidade de construção e entendimento do corpo-espécie da população, práticas higienistas e sanitaristas através da ascensão do discurso “médico-político” (SCHWARCZ, 1993, p. 200) e, com relação ao deslocamento e exclusão daqueles que não preenchiam os anseios raciais deste corpo-espécie, ações de branqueamento que contrapunham a valorização da mestiçagem.

2.2 BIOPOLÍTICA, EUGENIA, INTELLECTUAIS E OUTRAS PERSPECTIVAS: PENSAR E CONSTRUÍR O CORPO-ESPÉCIE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Como visto no início deste capítulo, a biopolítica resulta da intensa relação entre Estado e população, a partir da gestão da vida e sua potencialização através de políticas públicas. No entanto, como e porque se faz necessário este governo da vida? Quais os mecanismos utilizados na primeira metade do século XX, mais precisamente na década de 1930, para consolidar este Biopoder? Partindo destes sentidos, vamos a alguns destaques importantes... .

É a partir do capitalismo industrial que este agenciamento entre política e vida se produz com força, muito por conta da apropriação deste sobre o corpo, refletindo-se no surgimento da Medicina Social. Dessarte,

[...] o controle da sociedade [...] não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica (FOUCAULT, 1979 apud CAVALCANTI, 2005, p. 55).

Na necessidade de gerir a população e gestar sua vida, assim como de modernização e racionalização do Estado, que a organização torna-se “[...] uma das palavras mágicas do vocabulário político-ideológico que dominava o Brasil [...] do pós-1930” (SENRA, 2008, p.20).

Através da participação médica na gestão do Governo, com as campanhas de higienização e medicalização da população, como também, do uso da estatística, como padrão de atuação técnica e política, apoiando-se na criação do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 1936, e a posteriori, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1938, que o Estado apropriou-se do controle da natalidade, mortalidade, reprodução, sexualidade, incapacidade biológica, dentre outros.

A partir do trabalho de seu diretor, Mario Augusto Teixeira de Freitas (1890-1956), o objetivo torna-se, portanto, “[...] empregar ciências estatísticas para “conhecer” a nação. [...] era encontrar uma saída para o atraso econômico, social e cultural que a degradação das massas, com a Eurofilia das elites produzira” (DÁVILA, 2006, p.98).

Outrossim, na compreensão de que a biopolítica tem como característica principal a regulamentação, este insere o racismo nos mecanismos de poder e de controle do Estado. Nesta lógica, portanto,

O Estado não é o instrumento de uma raça contra a outra, mas é, [...] o protetor da integridade, da superioridade e da pureza da raça. A ideia de pureza de raça, com tudo o que comporta de monístico, de estatal, de biológico, será aquela que vai substituir a ideia de luta de raças (FOUCAULT, 1999 apud GADELHA, 2016, p.103)

Partindo da concepção idealizante do corpo-espécie da população, em consonância com o racismo estatal, seria necessário extirpar ou excluir – direta ou indiretamente – aqueles sujeitos ou grupos entendidos como negativos para a concretização deste projeto. Por isso, a partir do discurso médico/científico e, na manutenção da preocupação sobre a hereditariedade, a Eugenia é adotada como instrumento para alcançar tais objetivos.

Logo,

[...] o desenvolvimento do movimento eugênico brasileiro é correlato ao movimento de uma racionalidade científica imbuída na formulação de estratégias propriamente biopolíticas de governamento das relações raciais no Brasil, pois: os teóricos eugenistas [...] propuseram intervenções sobre uma população, entendida como um corpo múltiplo constituído por indivíduos pertencentes a uma espécie biológica, todavia dividida em

raças; tomaram a mestiçagem racial como um fenômeno de massas, pensados na longa duração [...]; propunham formas de regulação das relações raciais através da norma: traçando uma fronteira que limita o normal e o anormal, os tipos raciais adequados e inadequados ao progresso nacional (KERN, 2012, p.74).

Isto posto, a oficialidade da institucionalização do idealismo eugênico nas práticas de governamentalidade, configura-se no objetivo regulador e determinante do racismo científico estatal, encontrando aí seu abrigo e justificativa, para a implementação, através do Estado, do branqueamento populacional no campo do corpo, das mentalidades e dos espaços.

Com relação a estes, diferentemente de alguns países como Suíça, Dinamarca, Suécia e o próprio Estados Unidos (MACIEL, 1999), “conforme já demonstram alguns estudos, a recepção do pensamento eugenista no Brasil, guardou características próprias” (KOIFMAN, 2012, p.64) e, suas ações vinculam-se a uma vertente denominada de Eugenia “Positiva”, em oposição a Eugenia “Negativa”.

Se a última defendia o controle dos “inadequados” pelo “aborto eugênico, o controle das fontes de degeneração como a alcoolismo e as doenças venéreas” (MAI; ANGERAMI, 2006, p. 254), muitas vezes efetivadas pelo aniquilamento destas personalidades. A Eugenia “positiva” utilizava da máscara do nacionalismo para fixar a imigração⁴, e de políticas higienistas e sanitaristas para deslocar aqueles que não preenchiam os anseios deste corpo-espécie.

Portanto, com relação a idealismo migratório e o racismo do Estado

[...], o governo de Getúlio Vargas colocou em prática uma política [...] restritiva e racista. Vetou, com base em argumentos racistas a concessão de vistos aos judeus, ciganos, negros e japoneses. O discurso racista reunia atributos que, no seu conjunto, transformavam essas minorias em seres indesejáveis, [...] (CARNEIRO, 2018, p.118).

⁴ Para mais informações: KOIFMAN, Fabio. Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Editora Civilização Brasileira, 2012.

Na realidade adotada pela Eugenia nestes trópicos, diversos são os grupos que participavam de suas atividades, eventos e/ou reuniões, como por exemplo, médicos, advogados, professores, políticos, escritores, representados nas figuras de Edgar Roquette-Pinto (1884-954), Belisário Penna (1868-1939), Oliveira Vianna (1883-1951), Monteiro Lobato (1882-1948) e, principalmente, Renato Ferraz Kehl (1889-1974).

Além disso, importante se faz ressaltar que, se ao mesmo tempo, a Eugenia brasileira, apresenta uma variada gama de pensadores, essa forma de intervenção social estará consolidada na década de 20, através da organização de inúmeras ligas, associações e sociedades civis (KUHLMANN JR, 2001) tais como: A Sociedade de Eugenia de São Paulo e a Liga Pró-Saneamento, ambas criadas em 1918 e, A Liga de Higiene Mental e a Liga Brasileira de Higiene Mental, criadas em 1922, no Rio de Janeiro (MACIEL, 1999).

As disparidades tanto teórico-discursivas, quanto práticas entre os eugenistas brasileiros consolidam-se justamente na elevação – ou não – da questão racial como causa vital do atraso do país e sua população. Neste sentido, confrontam-se os grupos mais voltados para questões de saúde, com aqueles que se prendem ao fator biológico.

Com relação aos não racialistas, destacam-se as personalidades de Belisário Penna, médico sanitário e ex-ministro da Educação e Saúde de Vargas e, o também médico e antropólogo do Museu Nacional, Edgar Roquette-Pinto. Acerca deste último, destaca Munareto (2017, p. 48-9) que

[...] dedicou boa parte de seus escritos para demonstrar que a raça não era causa da inferioridade brasileira [...]. Tampouco acreditava que a miscigenação gerava indivíduos inferiores, que carregavam em sua constituição os mais diversos tipos de taras e degeneração, [...].

De mesma forma colocava-se Belisário Penna e sua visão sobre a degeneração do povo brasileiro. Para este, tal degenerescência vinculava-se não a alguma raça específica ou a mestiçagem, mas sim ao analfabetismo e as enfermidades, como reflexo da falta de higiene e políticas sanitárias (OLIVEIRA, 2020).

Este interesse dos médicos em intervir na saúde da população, consolida-se fortemente nesta época, pois, é no discurso de renovação e evolução das cidades brasileiras que

A partir da primeira metade do século XX, a comunidade médica reclama autoridade para [...], reivindicar e legislar em prol da saúde pública, a fim de controlar epidemias e os espaços insalubres das cidades (DIWAN, 2018, p.94).

Para mais, a partir de 1910, esta concepção, com a liderança do próprio Penna e das ações da Liga Pró-Saneamento, mobilizar a sociedade em torno dos serviços públicos de saúde em escala nacional e da importância da medicina social e suas intervenções também no interior do Brasil.

Na contramão dos sanitaristas, higienistas e antropólogos físicos, Oliveira Vianna, Monteiro Lobato e Renato Kehl, defendiam claramente a questão racial como negativa ao progresso e a formação da população brasileira. Para o jurista, professor e sociólogo, visto como um dos responsáveis pelo reconhecimento e validação do racismo institucional durante o Estado Novo (VIEIRA, 2019), “[...] qualquer raça posta em contato com outra mais rica em eugenismo, torna-se, por esse mesmo fato, inferior” (VIANNA, 1956, p.153).

José Bento Renato Monteiro Lobato, por sua vez, apresenta-se também como aliado a Eugenia (LEITE; LIMA, 2020), muito por sua proximidade com Arthur Neiva (1880-1943) e Renato Kehl, mas principalmente, pela defesa da inferioridade cabocla, negra e mestiça em suas obras: *Urupês* (1918) de seu Jeca Tatu e, o romance *O Presidente Negro* (1945), originalmente intitulado *O Choque das Raças*. Dentro deste aspecto, enfatiza Moraes (1997, p.109) que o negro, o caboclo e o mestiço “[...] foram descritos como incivilizados e incapazes de pensar. Foram ainda, alvo de uma história de ficção eugenista cujo enredo é francamente racista”.

Todavia, dentre os intelectuais eugenistas da primeira metade do século XX, nenhum destaca-se mais, que o médico e escritor Renato Kehl, pois o mesmo, além de “[...] atrair a atenção a atenção de profissionais diversos

para as potencialidades da ciência de Galton, como meio de regeneração da população [...]” (BONFIM, 2017, p. 118), criou o Boletim de Eugenia, publicou dezenas de obras que, em diversos temas, destacavam a importância da Eugenia para a sociedade brasileira e teve fundamental papel para que, em 1929, se edificasse o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia.

Diversos foram os temas apresentados neste encontro, ocorrido no Rio de Janeiro, então capital federal, confirmando o caráter múltiplo deste campo. Se por um lado, os eugenistas defendiam a melhoria da população por conta de questões que envolviam saúde e higiene, por outro, as principais discussões giravam em torno das políticas reprodutivas, como a realização de exames pré-nupciais, a esterilização dos considerados degenerados, ou mesmo a proibição de casamentos inter-raciais (MACIEL, 1999).

Importante frisar, porém, que mesmo em caráter diverso, através das construções teóricas e possíveis orientações que a Eugenia deveria seguir. É fato que para seus pensadores, somente por meio da educação seria possível consolidá-la e refleti-la na constituição do corpo-espécie da população.

3. EUGENIA E EDUCAÇÃO NOS ANOS DE 1930: CAMPOS E CAMINHOS NACIONAIS

A fim de que os leitores possam fazer ideia do que seria e dos assumptos de que cogitaria um Instituto de Eugenia, darei a seguir, segundo nosso modo de encarar o problema, um resumido esboço. O Instituto teria três secções distintas: uma de propaganda, uma de atividade prática e outra de estudos científicos. A primeira se incumbiria de organizar e de manter inteligente e constante propaganda de educação eugénica pelas revistas e jornaes profanos, de distribuir folhetos e cartazes com os ensinamentos a popularizar; a segunda se encarregaria de promover a execução de medidas propostas para melhorar as condições das proles, esforçando-se junto ás autoridades constituídas para o estabelecimento de medidas legais de combate aos factores de degeneração; a terceira se incumbiria da organização de archivo genealógico e dos estudos compreendendo a hereditariedade, a genética, a biometria, a estatística, as pesquisas biológicas e sociaes relativas aos problemas eugénicos (KEHL, 1929d, p.1)

A ascensão de um novo cenário político a partir da década de 30 exige para seu sustentáculo, como anteriormente visto, a construção de novos atores que a este panorama se façam pertencentes, como também novos grupos e dispositivos agenciadores deste processo formativo. Desta forma, torna-se fundamental instituir mecanismos cuja função seja moldar tais sujeitos, orientando por meio de políticas e práticas específicas, sua postura, comportamento e subjetividade, refletindo-se por sua vez, na estruturação do corpo coletivo.

Neste sentido, evidencia-se que a combinação Eugenia e Educação mostra sua representatividade tanto no campo teórico, ou seja, criando e difundindo sentidos e condutas através dos cuidados higiênicos⁵ e sanitários (PIZOLATTI, 2018; BEZERRA, 2013; BONFIM, 2013; CARVALHO, 2010); quanto no campo político, através do Estado Vargasista e, sua atuação no campo pedagógico, na conexão da eugenia enquanto dispositivo biopolítico na a educação para o trabalho, mas também na inquestionável intencionalidade racial como plano de fundo (KERN, 2016; ROSA, 2016).

⁵ Usa-se aqui o termo higiene no sentido tanto sócioformativo, quanto médico.

Em um exercício observacional da realidade brasileira, portanto, como o início do século XX foi marcado pelas as discussões sobre a “questão nacional [...], o meio culto do país ocupava-se em responder se o Brasil poderia existir como Nação” (DIWAN, 2018, p.129). Neste aspecto nota-se que as elites intelectuais – seja no âmbito médico, científico ou da federação –, projetavam práticas renovadoras de padrões físicos e identitário “aceitos” e “não aceitos”, ocultadas pela modernização e nacionalização fortemente consolidado nesta época.

Logo, “se historicamente a construção do nacionalismo vinha se constituindo em uma das preocupações fundamentais dos intelectuais, agora eles passariam a situar sua tarefa nos domínios do Estado” (VELLOSO, 1997, p.58) e nas práticas idealizantes de viés eugênico, partindo da importância da educação e dos processos de educabilidade.

Por consequência, reforça Dávila (2006, p.33) que

[...] as reformas educacionais começaram a se firmar [...] quando os nacionalistas começaram a adotar ideias eugênicas sobre a degeneração e a contemplar as possibilidades de regeneração a vasta subclasse racial e social.

Além do mais, considerando o *educar* um ato relacional à política evidencia-se ainda mais, como os espaços teóricos sobre a educação eugênica e seus processos de educabilidade são também dispositivos de geração⁶ e instrumentos de normatização, respectivamente (MONARCHA, 1999). Pois, seja na esfera objetiva ou da necessidade, as articulações pedagógicas e seu pensar eugênico tem por característica primordial, tanto o aparelhamento e a unificação dos corpos, quanto a exclusão e invisibilidade do considerado “estranho”.

⁶ Utiliza-se neste parágrafo a expressão *lugares de geração*, no sentido de produto, criação, fabricação.

3.1 EUGENIA E EDUCAÇÃO NO CAMPO DAS IDEIAS: ESCRITOS TEÓRICOS DE UM COMO AGIR

O fragmento citado no início deste capítulo é de Renato Kehl e demonstra, através do desejo criador do Instituto de Eugenia, quais seriam suas bases fundantes. Nota-se, por consequência, que a educação era vista pelo médico e farmacêutico, como meio crucial de divulgação, muito pelo seu caráter múltiplo e esparso, em referência a ação direta à pluralidade dos receptores em formação.

Dentro desta perspectiva, além do entendimento, por parte principal da liderança eugênica no Brasil, da educação e dos procedimentos educativos como um espaço de disputa de poder (BONFIM, 2017), o saber médico consolida-se nesta “apropriação”, muito por conta das preocupações sanitaristas e higienistas que envolviam o país desde os primeiros anos do século XX.

Com relação ao primeiro, é nesta vinculação educação/sanitarismo que acreditava-se que sua consolidação “deveria ser realizada por meio da conscientização e divulgação da ideologia eugênica” (GÓES, 2018, p.158). Já no que compete a eugenia e higiene, as mesmas

[...] cumpriam seus objetivos, uma vez que ofereciam instrumentos capazes de identificar e controlar a hereditariedade da grande família dos degenerados e, ao mesmo tempo, controlar as populações e as raças consideradas perigosas (MUNARETO, 2013, p. 50).

No que refere-se especificamente ao conjunto eugenia e educação no campo dos debates “teóricos”, destacamos na variada produção de Renato Kehl, duas obras que mostram-se essenciais na disseminação e consolidação do pensamento eugênico, como também ao direcionamento de suas escritas: o Boletim de Eugenia e Pais, Médicos e Mestres.

Com relação ao primeiro, trata-se de um periódico desenvolvido entre os anos de 1929 a 1933, cuja intenção, assim como em muitos escritos acerca do tema, volta-se á discussão não somente da eugenia em si, mas de suas propostas de transformação da sociedade brasileira por meio da educação.

Dentro deste prospecto, muitos intelectuais afirmavam que “a educação foi uma das temáticas de maior discussão, permitindo que tais prerrogativas viessem a determinar o modelo social preterido no país” (ROCHA, 2011, p.162).

Além disso,

O ideal de educação para boa parte dos eugenistas estava associada à formação da consciência eugênica com o intuito de que os jovens não contraissem matrimônio com raças e classes sociais diferentes (Ibidem, p. 168).

Nota-se desta forma que, por meio da ação eugênica na educação, disseminado por sua vez através do Boletim de Eugenia, a questão da hereditariedade permanecia como foco de atenção e desempenho das ciências cuja preocupação socioformativa era vital. Ao mesmo tempo, observa-se que além de atingir o campo direto da vida, pelas escolhas ou decisões, a educação eugênica apresenta-se ao longo do tempo, mediante as ações repetidas, sob o domínio das subjetividades coletivas.

Assim o Boletim advogava,

[...] em favor de uma eugenia mais severa, atenta a “boa procedência das sementes”, em que as ações educacionais agiriam na socialização das medidas adequadas à geração de “bons descendentes”, principalmente através de uma educação moral rigidamente orientada por preceitos eugênicos, o que na prática atuaria de forma a perpetuar preconceitos, inculcando, desde cedo, a pretensa ideia de superioridade racial [...], principalmente em relação aos mestiços brasileiros (BONFIM, 2017, p.197).

A atenção eugênica, ao abrigo dos estudos acerca da herança genética e, por óbvio, a sucessão das novas gerações brasileiras, fez com que Kehl produzisse uma obra direcionada especificamente á família, aos professores e aos médicos, estes últimos no papel do próprio eugenista a expandir e consolidar suas crenças (GÓES, 2018). Intitulada Pai, Médicos e mestres (Problemas de Educação e Hereditariedade), a obra de 1939 combinando “questões de saúde e educação às políticas governamentais, fez explícitas referências ao controle do estado sobre o indivíduo [...]” (SANTOS, 2005, p. 01).

Relativo por sua vez a educação eugênica, Kehl discorre com destaque a relação médico e família, visto que

A educação das crianças começa com a educação dos pais e, neste particular, a função do médico seria indispensável, pois no problema pedagógico o médico atenderá à dupla função de “higienista mental” e “psicoterapeuta” (KEHL, 1939, p.13).

Entretanto, se no campo “teórico” os escritos eugênicos vinculavam a educação, ao higienismo, ao sanitarismo e aos cuidados geracionais aos médicos, famílias e docentes, o Estado, no que lhe toca, na institucionalização da eugenia, além de oficializar tais métodos, traz as questões raciais a estes, através do Ministério da Educação e Saúde (MES) e das Constituições de 1934 e 1937.

3.2 EUGENIA E EDUCAÇÃO NO CAMPO DO POLÍTICO: O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE E AS CONSTITUIÇÕES DE 1934 E 1937

Ao analisar a presença eugênica na educação a partir da década de 30, observa-se no político que o olhar crítico à mesma não se faz obviamente por ela em si, mas sim nos interesses externos e internos nela instituídos e suas modificações ao longo do processo.

Neste sentido, debater a mesma, requer a necessidade de um olhar as estruturas sobre a qual tais discussões se faziam pertinentes e, de mesma forma, a seus alicerces durante o período varguista, pois ela “ocupou posição estratégica como sistema de controle e organização social e político” (GUMIERO; ZAMBELO, 2017, p.67).

Assim, no que compete a criação, em 1937, do Ministério da Educação e Saúde⁷, “a preocupação com a ‘redenção’ do Brasil reunia a educação e a saúde em um empenho comum” (DÁVILA, 2006, p. 60), no pensar, não somente os cuidados com o corpo – em seu aspecto físico e higiênico -, mas também na especificidade biológica deste, para o Estado brasileiro.

A partir do duplo caráter acima mencionado, evidencia-se pretensas ações governamentais a respeito de como a educação, em consórcio com o

⁷ No período entre 1930 até 1936 o Ministério referente se chamava Ministério de Educação e Saúde Pública.

pensar eugênico, seria utilizada no início da Era Vargas, mas notadamente durante o Estado Novo, pois nas palavras do próprio presidente Vargas “educar não é, somente, instruir, mas desenvolver a moralidade e o caráter, preparando o homem para a comunhão, [...]” (1998, p.05).

Em outros termos, com base nestas movimentações e ideologias, se compactuariam sociedade e Estado como integrantes de um só organismo, na instrumentalização dos indivíduos como forma de equilibrar o povo em um só objetivo e um só corpus identitário.

Importante frisar, todavia, que por mais que esta dissertação tenha uma especificidade temporal, é fundante – mesmo que brevemente – trazer dentro destas ligações entre eugenia e educação a Reforma Francisco Campos (1891-1968), visto que a mesma “foi altamente seletiva e elitizante” (COSTA, 2006, p.22), dando espaço e cor aos atingido por essa reestruturação.

Delimitando claramente em seu projeto nacional, espaços educativos para a consolidação das elites dirigentes e para o povo (onde a primeira voltava-se à formação de personalidades que teriam a função futura de moldar e guiar a sociedade brasileira e a segunda que forjava indivíduos para funções estritamente voltadas para o mercado de trabalho), a Reforma Campos foi além e,

[...] priorizou a ciência em relação aos estudos clássicos, instituiu a educação física e [...] forçou uma divisão que já estava bem definida: os pobres concentravam-se nas escolas elementares públicas, e mesmo que os ricos pudessem matricular seus filhos [...], eles passariam dali para o sistema escolar secundário privado, que os preparava para a educação superior (DÁVILA, 2006, p. 108-9).

Referindo-nos por sua administração de Gustavo Capanema (1900-1985), ministro da educação e saúde durante todo o Estado Novo (1937-1945), a relação entre eugenia e educação caracteriza-se não somente pelo seu papel de instrução, mas de mesma forma, por se constituir como “arquiteto” das posturas e dos corpos (RECH, 2016).

Além disso, em consonância com a reforma de seu antecessor, a Capanema preservava a dicotomia no ensino brasileiro, ou seja, “a educação intelectual, ornamental, beletista, para as elites, e na educação popular,

representada pelas escolas profissionais, normais e primárias, destinadas à grande massa da população” (FARIAS, 2013, p.11).

Com relação as Constituições de 1934 e 1937, sua interpretação é indispensável visto que tais documentos são tradução ideológica oficial mais importante, no que compete a efetivação do ideal eugênico como dispositivo estatal na educação (SCHEINEIDER; MEGHLIORATTI, 2012). Neste sentido, observa-se, por exemplo, na Carta Magna do Governo Provisório (1934 - 1937), já no seu artigo 138 a seguinte menção:

Art. 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurará coordenar;
- b) estimular a educação eugênica;
- c) amparar a maternidade e a infância;
- d) socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
- f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
- g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais. (BRASIL, 1934).

Constata-se, na leitura simples do seu conjunto, a evidente e direta presença da associação educação/eugenia, no inciso “b”, como atributo e responsabilidade nacional em suas distintas hierarquias. Além disso, “a educação era defendida como um fator de conscientização eugênica para possíveis mudanças comportamentais entre jovens e adultos, [...]” (ROCHA, 2014, p.09), devendo ser ensinada e reiterada permanentemente.

Prende-nos a atenção, todavia, que tais apontamentos políticos incorporam-se na Constituição de 1934, não nas temáticas diretas relativas à educação, mas sim no *Título IV* da mesma. Mais precisamente, nas questões “Da Ordem Econômica e Social” (BRASIL, 1934, p.29), pertencentes ao

Capítulo II denominado “Dos Direitos e das Garantias Individuais” (BRASIL, 1934, p.27).

No tocante a Constituição de 1937, período ditatorial do governo Vargas, a mesma apresenta, por sua natureza política, a centralização como um de seus atributos. Além disso, por seu caráter ambíguo, ao mesmo tempo em que mantém a associação educação e trabalho, acaba

[...] não repetindo a mesma defesa explícita da eugenia, tal como presente em sua antecessora. Ocorre que, uma vez mais, se observavam problemas de conteúdo essencialmente discriminatório e preconceituoso (DOS SANTOS et al, 2018. p. 183).

O apontamento do Artigo 129, por exemplo, relativo a infância e a juventude - Capítulo *Da Educação e da Cultura* -, reconhece que “o ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado” (BRASIL, 1937, p.26). E continua, ao afirmar que “é dever das indústrias e dos sindicatos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizagens destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados” (Ibidem).

Sem nos prendermos acerca do domínio efetivo das políticas acima indicadas, sobressai em ambos os textos a carga racial que os mesmos trazem consigo, visto que “o sistema educacional seria um dos veículos de ‘criar e aperfeiçoar a raça brasileira’ tornando-a saudável, culturalmente europeia em forma física e nacionalista” (RENK, 2014, p.225). Desta forma, consolidam-se nesse discurso o direcionamento específico destes indivíduos na esfera educacional - na ordem do Estado e das empresas -, assim como a ordenação dos sujeitos em determinados espaços educativos.

A eugenia também se manifesta em sua especificidade corporal, na relevância aplicada aos cuidados corporais, mais especificamente com a realização da educação física. Assim sendo, na visão do Governo, “[...] a atividade física devia ser estimulada até com mais ênfase do que a educação intelectual” (TEIXEIRA, 2011, p.169).

Em seus artigos 131 e 132, respectivamente, a obrigação da educação física em todas as escolas e o “adestramento físico” (BRASIL, 1937, p.26) tornam-se dispositivos eugênicos que consolidam sua intervenção como práticas educativas, pois “tratava-se de um projeto pedagógico que articulava o saber higienista-eugênico com a política de estado, no caso a educacional, que visava a conformação do corpo-espécie da população” (SILVA, 2013, p.917).

Assim, “para que o ideal eugênico pudesse se tornar uma realidade, [...] seria imprescindível desenvolver junto à população brasileira a devida consciência acerca de sua responsabilidade para com o futuro nacional” (KERN, 2016, p.146). Contudo, devemos nos perguntar: como se efetivaria tais anseios de consciência, dentro das práticas educativas? A resposta, por sua vez se fará aparecer, através das ações de branqueamento.

A Educação Física possui, como visto, um papel extremamente importante no cumprimento da configuração Eugenia-Educação durante o Estado Novo (BRASIL, 1934;1937). Contudo, no que respeita às suas práticas colaborativas de branqueamento disfarçadamente impostas, seu ensino desenvolveu-se de forma simultânea com a medicina escolar.

Assim sendo,

As elites se uniram com o objetivo de impor as medidas de saúde à população, medidas que representavam, também, o discurso de ideologia branca que fez do preconceito racial um elemento constitutivo da consciência burguesa, utilizado como estratégia para manter a superioridade biológica do corpo (forte, branco, sadio) (MATTOS, 2006, p.06).

Evidencia-se a preocupação com a formação biológica do *sujeito-Nação* na necessidade da educação física constituir-se como mecanismo formativo seletor de personalidades, e também como ferramenta de aproximação com as políticas eugênicas e as práticas raciais normativas, tão fortemente consolidadas durante este período. Assim sendo, o Governo federal “[...], tornou-a obrigatória no ensino primário, normal e secundário e instituiu, para a formação dos seus professores, a Escola Nacional de Educação Física, que entrou a funcionar em 1939” (SCHWARTZMAN, 1983, p. 371-2).

Apoiada em discursos científicos, a intelectualidade por sua vez, utilizou da educação física tornando-a

[...] um dos principais elementos 'formadores' da juventude brasileira. Além desse papel formador, a educação física atuou também com um claro papel simbólico, (...) demonstração prática dos sucessos das medidas então empreendidas (...) (GARCIA, 2009, p.86).

Ao atribuir obrigatoriedade à disciplina de Educação Física em todos os níveis de ensino, mas também à formação docente, constata-se que a preocupação teórica eugênica, mas acima de tudo, a política de expansão do ideal branqueador, atinge a escola tanto no campo da orientação (professores), quanto na esfera passiva do educando.

A distinção específica do tipo educacional com qual cada sujeito estava sendo exposto – ou a ele era oferecido -, tem sua reflexão nas práticas pedagógicas adotadas durante o Estado Novo. Contudo, se a origem do indivíduo e, portanto, sua cor, delimitaria a função (mão-de-obra ou elite formativa), no que se refere aos processo de educabilidade, partindo de idealizações predeterminadas de origem eugênica todos integrariam-se no corpo-espécie da população como agentes da identidade coletiva.

4. CORPO, COR E OS PROCESSOS DE EDUCABILIDADE NO ESTADO NOVO BRASILEIRO: EUGENIA E EDUCAÇÃO

Se não há como escapar da pressão externa, sendo justamente isso que torna a educação um fenômeno social, o importante para a educabilidade humana é como sujeito educacional elabora a experiência que nasce com seu confronto com o mundo externo (DALBOSCO; 2018, p. 15).

A fala de Dalbosco – acima referida – chama a atenção, ao duplo formativo que consolida a relação Eugenia e Educação a partir de suas práticas pedagógicas: primeiramente a pressão externa pode ser interpretada como anteriormente visto, através de sua vinculação no campo das ideias, ou seja, no campo teórico-prático das escritas eugênicas e sua consolidação na sociedade enquanto campo de saber-poder (FOUCAULT, 2006a, 2008, 2014), e, no campo político prático, efetivando-se na institucionalidade ministerial e constitucional.

Já a pressão interna – oculta nas falas de Cláudio Dalbosco, porém presente pela própria realidade da exterioridade –, refere-se ao próprio subjetivo dos sujeitos educáveis que, se ao mesmo tempo, carregam consigo algo a contribuir, acabam por se esconder ou negar, na própria força externa que, por meio da repetição de seus processos pedagógicos, como também do disciplinamento/normalização dos corpos, reforçam sempre - e ainda mais - aquilo que se pretende ser no outro, mais do que a própria existência do agente receptivo. Neste sentido, entendendo que "[...] a educação foi tratada como uma questão de 'segurança nacional', com todas as implicações específicas do termo" (VIEIRA, 1992, p. 87), tanto no âmbito escolar quanto nos processos de instrução realizados através de revistas, rádios, livretos, livros didáticos, entre outros, no que concerne especificamente a estes últimos,

[...] para que o ideal eugênico pudesse se tornar uma realidade, [...] seria imprescindível desenvolver junto a população brasileira a devida consciência acerca de sua responsabilidade racial para com futuro nacional" (KERN, 2016. p.146).

Para tanto, coube ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, difundir e consolidar tais ideias, funcionando também como produtor de instrumentos pedagógicos efetivos nos processos de educabilidade. Além disso, o mesmo possuía duas principais características: “vigiar toda e qualquer atividade política e cultural que ameaçasse a estrutura do poder montada para sustentar o regime de Vargas [...]” (NUNES, 1996, p.71) e, pela propaganda, divulgar as obras do governo e sua ideologia, por meio de instrumentos escritos, radiofônicos e visuais, tendo por finalidade também instruir o povo brasileiro.

Com relação a esta última característica, destacamos como mecanismo de ação mais extensos na efetivação da Eugenia como dispositivo biopolítico nos processos de educabilidade do Estado Novo (1937-1945), a cartilha “A Juventude no Estado Novo” e o Rádio.

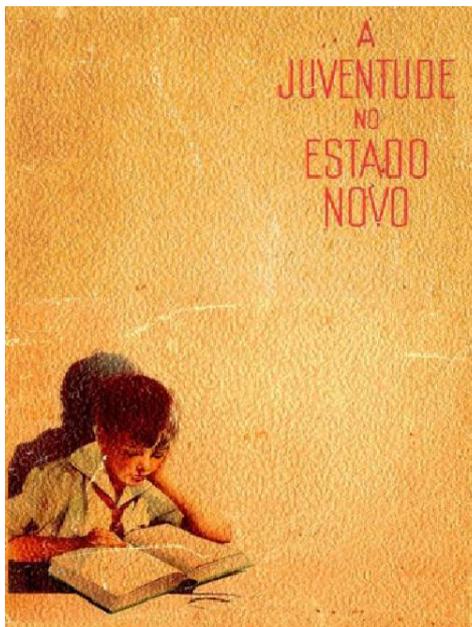
4.1 DISPOSITIVOS DE EDUCABILIDADE: CARTILHA A JUVENTUDE NO ESTADO NOVO E O RÁDIO

Criada pelo DIP durante o Estado Novo, a cartilha A Juventude no Estado Novo (Figura 2) torna-se uma ferramenta importante de análise acerca da vinculação Eugenia, Biopolítica Educabilidade, pois, segundo Côrrea (2000, p,12)

[...] são portadores de conteúdos reveladores de representação e valores predominantes num certo período de uma sociedade que, simultaneamente à historiografia da educação e da Teoria da História permitem discutir intenções e projetos de construção de formação social.

Nessa perspectiva, portanto, tal documento é carregado, direta e indiretamente através de sua iconografia, de um caráter especificamente racial a partir de sua representação dos sujeitos educativos, da tipologia educacional nele presente e também dos espaços a que estes se façam pertencentes.

Figura 2 – A Juventude no Estado Novo (Capa).



Fonte: “A Juventude no Estado Novo” (FGV/CPDOC)

Com relação aos departamentos governamentais a postura de tipificação Educacional a certos grupos perigosos evidencia-se na construção e imagética direta de que as escolas regulares seriam destinadas às elites brasileiras (Figura 3), enquanto que as escolas profissionais seriam espaços para as camadas mais humildes. Entretanto, ao mesmo tempo, o que se constata em todo o documento, por meio de suas ilustrações – independente da proposta a que eles se consorciam – é um exaltar da branquitude, como horizonte populacional a ser conquistado e, mesmo a representação vinculada ao discurso Educacional profissionalizante, é ocupada na ilustração referente (Figura 4).

Figura 3 – Representação da sala de aula nas escolas regulares (Pintura)



Fonte: “A Juventude no Estado Novo” (FGV/CPDOC)

Figura 4 – Representação de uma aula em escola profissionalizante (Pintura).



Fonte: “A Juventude no Estado Novo” (FGV/CPDOC)

Assim, a importância documental dos materiais produzidos pelo DIP como dispositivos de educabilidade eugênica se dá na medida em “através do discurso visual, oral e escrito, os conceitos de unidade, raça, trabalho e ordem eram repetidos com frequência, contribuindo para a sedução da população” (CARNEIRO, 1994, p.229). Além disso, o processo de educabilidade através das imagens e escritos presentes neste documento, no firmar associativo entre Eugenia e Educação, fez com que o Governo e o Ministério Capanema centralizassem seus desejos e ideais socioformativos na infância e juventude.

Sobre o período infantil, via-se a criança como “[...] uma ‘alma sensível’ que deveria ser cuidada, cultivada, acompanhada, disciplinada, para que pudesse frutificar como um bom cidadão no futuro” (SCHMITZ, 2015, p.104). Em outras palavras, através dos processos de educabilidade, observa-se que o interesse do Estado se ele tem um trato destas personalidades, que futuramente irão consolidar as sociedades brasileiras idealizados como brancas, tanto no corpo quanto no subjetivo.

A juventude por sua vez, heterogêneo campo identitário, foi marcada extensivamente pela ‘transformação’ do nacionalismo eugênico (DÁVILA, 2006) resultante da idealização do campo do corpo e da cor, assim como a infância. Neste sentido, portanto, também por meio dos discursos eugênicos como dispositivos de educabilidade através da cartilha, buscou-se forjar e consolidar este grupo como também fazê-la

[...] civicamente imobilizada e consciente não apenas dos seus direitos, mas sobretudo de seus deveres e em condições de poderem atender ao apelo da Pátria, qualquer que seja esse apelo, na hora em que o mesmo se tornar presente (A NOITE, 1940 apud HOICHE, 2017, p.122).

A transformação da dispersão pela unidade, no que compete às questões socioformativas, encontra também no cívico esta marca considerável no campo da biopolítica eugênica, pois cabia a estes também desenvolver e consolidar “[...] o amor à Pátria, a prática dos bons costumes, o desenvolvimento físico da raça” (GARCIA, 2009, p.69).

Outro instrumento de suma importância para a ditadura varguista, pelo seu alto potencial de divulgação das realizações do governo, da expansão de sua ideologia e também como ferramenta de efetivação à educabilidade do povo brasileiro, principalmente referindo-se a consolidação do ideal eugênico nos processos de educabilidade por meio das massas, é o rádio.

Neste sentido, destaca-se que

[...] é no Estado Novo, [...] que a simbiose do rádio com a política tem a sua maior expressão. Para forjar uma ideologia estado-novista aceitável pela população, o governo investe significativamente na área da radiodifusão [...] (JAMBEIRO et al, 2004, p.112).

Além disso, observa-se que as preocupações edificadas na escrita eugênica, por meio do Boletim de Eugenia e de outras obras de cunho médico científico e social – como observado no Capítulo 3 –, se estendem também ao domínio do rádio, mostrando que durante o Estado Novo brasileiro “[...] destacaram-se os programas relacionados à conscientização sanitária e higiênica da população [...]” (GONÇALVES, 2011, p.151).

Importante salientar, todavia, que tais programas de caráter higiênico/sanitarista cuja função era, além de informar, educar a população ao novo modelo de Estado e os novos compromissos do sujeito estado-novista, têm sua base no próprio Ministério da Educação e Saúde, na medida em que neste espaço encontrava-se também a origem do próprio DIP (NUNES, 1996), o que facilita o dispensar da educação eugênica fora do ambiente escolar.

Além disso, um dos principais representantes do pensamento eugênico brasileiro, Edgar Roquette-Pinto, presidente do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929 (MACIEL, 1999) e grande opositor de Renato Kehl no que se referia principalmente, ao caráter das políticas e práticas desta ciência no Brasil, eleva-se pela história como um dos grandes responsáveis pela chegada e consolidação desta tecnologia ao Brasil, chegando a ganhar a alcunha de “Pai do Rádio” (ROQUETTE-PINTO, 2002).

Com relação especificamente aos processos de educabilidade veiculados pelo rádio, nota-se que a partir da atuação do Serviço Nacional de Educação Sanitária (SNES), órgão ligado ao Ministério da Educação e Saúde (MES), a temática higienista torna-se um dos principais campos de atuação do ideário estado-novista. Portanto, dentre as atividades que refletem a Eugenia enquanto dispositivo biopolítico nos processos de educabilidade no Estado Novo brasileiro, destacam-se as palestras de Savino Gasparini na Rádio Tupi (GONÇALVES, 2011), chamando-nos a atenção que a

[...] “educação sanitária”, expressão utilizada pelos técnicos pertencentes aos quadros do MES, recebeu atenção especial principalmente após a reforma empreendida por Capanema [...]. A partir dessa data os serviços ligados à saúde pública passaram a receber uma orientação centralizada por intermédio da criação de 12 setores nacionais, dentre eles o SNES, [...]” (Ibidem, p.155-6).

A importância da educação sanitária por meio da radiodifusão, no tocante ao processo de educabilidade, apresenta-se para os eugenistas como uma oportunidade de organização e dispersão de suas ideias, referindo-se a valorização do próprio processo eugênico e, acima de tudo, no que tange a instrução das personalidades, oportunizar uma nacionalização dos cuidados e processos higiênicos, visto que tal mecanismo, durante todo o período estado-novista, carregava consigo essa função unificadora e nacionalizante de todas as demandas do regime.

CONCLUSÃO

Ao vislumbrar os processos relacionais entre Eugenia e Educação no Estado Novo brasileiro, os resultados das análises documentais e bibliográficas nesta dissertação desenvolvida, consolida-se em um grande exercício de desassossego.

Nesta medida, ao examinar as influências desta conexão, como também o caráter centralizador do Estado Novo varguista, destaca-se primeiramente que o processo educativo se dá não somente no interior da escola, ou das atividades educativas, mas de mesma forma, por meio de instrumentos que estimulem, impulsionem ou instiguem a educabilidade dos sujeitos, consolidando-se na formação dos mesmos, no campo direto e subjetivo. Para tanto, “[...] a preocupação com outros modelos pedagógicos e práticas educativas para além do ensino tradicional [...]” (BEZERRA; MIRANDA, [s.d.], p. 4949) encontra nas Cartilhas e no Rádio, meios essenciais de dispersão das ideias eugênicas.

Com relação ao primeiro, sua importância dar-se-á não somente como fonte de leitura, mas acima de tudo como um dispositivo de doutrinação (COSTA; SCHMITZ; REMEDI, 2017) e emparelhamento a ideologia varguista na objetivação deste grupo social, tornando-os uno no corpo e na mente. Já o rádio, por sua vez, mais especificamente os programas e discursos referentes aos cuidados higiênicos, consolidam seu valor na associação eugenia e educabilidade, não somente pela influência que o próprio aparelho infligia no corpo coletivo, mas também pelo seu caráter complementar aos ensinamentos escolares e as políticas públicas neste campo edificadas.

Além disso, a própria compreensão da população brasileira enquanto unidade se dá muito antes da concepção prática da biopolítica na década de 30 (SILVA, 2015), visto que, as teorias raciais do final do século XIX, tanto nos debates internos, quanto nas suas exterioridades discursivas acerca das particularidades sociais brasileiras, já entendiam a branquitude como o ideal fundante da sociedade brasileira.

Nota-se, contudo, que nas manifestações, teóricas, a branquitude resulta num dualismo sócioformativo, principalmente a partir das primeiras décadas do período novescentista. Se antes deste contexto, tanto brasileiros quanto estrangeiros, entendiam a branquitude como um fim a ser conquistado pela aniquilação dos negros, considerados inferiores pelas hierarquização das raças, é com a elevação de uma identidade opositiva a europeia – principalmente influenciada pelo movimento modernista – que a mesma constitui-se como desfecho social brasileiro, idealizado através da miscigenação.

É esta idealização, entretanto, que acompanhada das modernizações urbanísticas e dos processos de valorização da saúde, higiene e sanitarismo do início do século XX, relacionar-se-ão, não somente ao protagonismo do Estado na edificação do corpo-espécie da população, mas também “[...] ao modo como deveriam agir os eugenistas: esfregando, torcendo e branqueando os corpos do povo brasileiro, como se fossem roupas sujas” (DIWAN, 2018, p.87),

Sobre o caráter formativo do “novo ser brasileiro”, voltando-se para o Estado Novo especificamente, destaca-se, além da oficialidade político-discursiva das Constituições de 1934 e 1937, assim como da própria edificação do Ministério da Educação e Saúde, que na figura de seu chefe maior Gustavo Capanema, entendia que processos de educabilidade e “a educação [...] tornaria os brasileiros brancos e fortes, dignos do seu brilhante futuro” (DÁVILA, Jerry, 2006, p.48); os escritos teóricos relativos ao entendimento eugênico, através do Boletim de Eugenia e da obra Pai, Médicos e mestres (Problemas de Educação e Hereditariedade), laborando no campo das consciências individuais e coletivas, sobre os cuidados eugênicos de caráter higienista, também na influência da família e, sua relação de subordinação com o médico, entendido como o único capaz de educar a mente e o corpo (BONFIM, 2019).

Todavia, no que concerne a esta pesquisa, sua finalidade e relevância, nota-se no pensar os processos de educabilidade, como reflexo da eugenia como dispositivo biopolítico, que o mesmo se dá, não na amplitude das Constituições, nem de seu Ministério, mas sim no apuro das particularidades,

resultando – como já citado – nas interpretações dos programas de educação sanitária na radiofusão (GONÇALVES, 2011) e da Cartilha *A Juventude no Estado Novo*.

Além do mais, referindo-nos particularmente ao contexto histórico desta pesquisa, se a mesma “[...] não contempla – e nem poderia – tudo o que se discutiu sobre biopolítica até aqui, ele presta muito bem a ilustrar pelo menos algumas formulações importantes de Foucault sobre esse tema” (GADELHA, 2016, p. 182) quanto às pesquisas em e na Educação.

Refletindo-se sobre esta própria pesquisa, como também aos seus resultantes investigados cabe transportar a esta escrita a necessidade de inquirição sobre as possíveis permanências do discurso eugênico na educação do século XXI e seus processos: O racismo pedagógico, sobreposto nos processos de educabilidade do Estado Novo, mostra-se na conexão educação/trabalho, contudo, mascarada de empreendedorismo? Mesmo que o empreendedorismo possa ser trabalhado nos espaços educativos públicos e privados, assim como seja edificado na subjetividade do indivíduo, porque seu objetivo formador ainda consolida o contraste elite dirigente e povo?

Além disso, a não obrigatoriedade de inserção de alunos com deficiência nas escolas públicas poderia carregar consigo, oculto pelo direito de escolha da família, um processo de não integração deste sujeito na sociedade, assim como de exclusão e higienismo do espaço público escolar? Pensar é importante... .

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. As marcas do novo: do Colégio Alemão ao Colégio Farroupilha: In: QUADROS, Claudemir de (org.). Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Editora UFSM 2014, p. 233- 258.

BARBATO, Luis Fernando Tosta. A construção da identidade nacional brasileira: necessidade e contexto. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 8, n. 15, 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/3354>. Acesso em: 04 fev. de 2021.

BARROS, José D'Assunção. **A Construção Social da Cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. 3 ed. Vozes. Petrópolis, 2014.

D'ASSUNÇÃO, Jose. Koselleck, a história dos conceitos e as temporalidades. Araucaria. **Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades**, v. 18, n. 35, p. 41-53, 2016. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/2665>. Acesso em: 04 fev. de 2021.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das Cruzadas ao século XX**. Tradução: Luís Oliveira Santos, João Quina Edições. 1º edição. Companhia das Letras. São Paulo, 2018.

BEZERRA, Michele Rodrigues. **Orientar espíritos; formar cidadãos: o saneamento da nação em Cartilhas de Higiene (1920/1930)**. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1180387. Acesso em: 08 de fev. 2020

BLIKSTEIN, Izidoro. Indo-europeu, linguística e... racismo. **Revista USP**, n. 14, p. 104-110, 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25653>. Acesso em: 04 fev. de 2021.

BONFIM, Paulo Ricardo. **A educação no movimento eugênico brasileiro (1917-1933)**. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco. Itatiba, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=151703. Acesso em: 08 de fev. 2020.

BONFIM, Paulo Ricardo. **Educar, Higienizar e Regenerar: Uma História da Eugenia no Brasil**. Paco Editorial. Jundiaí, 2017.

BRANCO, Guilherme Castelo. **Michel Foucault: Filosofia e Biopolítica**. Coleção Estudos Foucaultianos. Autêntica Editora. Belo Horizonte, 2015.

BRASIL, Constituição (1934). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Senado, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 03 abril de 2020.

BRASIL, Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Senado, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 03 abril de 2020.

CANCLINI, Néstor García. Definiciones en transición. Mato (comp.) Cultura, política y sociedad, 2001. In.: MATO, Daniel. **Estudios Latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización**. CLACSO. Buenos Aires, 2001. p. 57-67. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/mato/mato.html>. Acesso em: 10 fev. de 2021.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**, n. 119, p. 115-130, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/151581>. Acesso em: 06 fev. de 2020.

_____. **O racismo na História do Brasil**. Mito e realidade. São Paulo: Ática, 1994.

CARVALHO, Luiz Felipe de. **Educação e Unidade Nacional no Estado Novo: O Primeiro Congresso de Brasilidade (1941)** 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Do Rio De Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=200732. Acesso em: 18 fev. de 2020.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. 2 ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2016.

CARVALHO. José Sérgio F. de. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.89, n. 223, p.411 – 424. 2008. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/683/661>. Acesso em: 12 fev. de 2020.

CHAN, Renata Cristina Ling. Avante! A construção da identidade nacional brasileira na modernidade. **Letras Escreve**, Macapá, v. 05, n. 2, p. 29 – 40, 2º semestre, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/1909>. Acesso em: 22 de fev. de 2020.

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1979.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. **Cadernos Cedes**, v. 20, n. 52, p. 11-23, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622000000300002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 06 fev. de 2021.

COSTA, Manoel dos Passos da Silva. **Educação Brasileira: alguns detalhes**. Pato Branco. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, mar. 2006.

_____, Verônica Albano Viana. **Entre imagens e palavras: educação e nacionalismo no Estado Novo (1937-1945)**. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-84PJYM>. Acesso em: 22 fev. de 2020.

DALBOSCO, Claudio Almir. Condição humana e educabilidade: um problema nuclear das teorias educacionais clássicas. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/42908>. Acesso em: 05 fev. de 2021.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945**. Tradução Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da Eugenia no Brasil e no mundo**. 2 ed. Contexto. São Paulo, 2018.

DÓRIA, Carlos Alberto. A merencória luz do Estado. **São Paulo em perspectiva**. v. 15, n. 2, p. 84-91, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000200012&script=sci_arttext. Acesso em: 10 fev. de 2021.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FARIAS, Vanessa Soares Negreiros. As transformações na educação Piauiense na Era Vargas. In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. Atal, RN. Anais... Rio Grande do Norte, ANPUH, 2013, p.1 – 13. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364667310_ARQUIVO_ED_UCACAONOPIAUI-ANPUH2.pdf. Acesso em: 10 de fevereiro 2020.

FIGUEREDO, Milene Moraes de. **A nacionalização do Ginásio Teuto-Brasileiro Farroupilha: um complexo jogo de adesões e resistências (1937-1945)**. 2017. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A Ordem do Discurso**: Aula inaugural no College d'e France. 3. Ed. São Paulo: Loyola, 1996

_____. Poder e saber. In: **Ditos e escritos: estratégia poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. v. IV

_____. **Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France, 1975-1976**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Microfísica do poder**. 28 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

_____. Segurança, território e população. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. Sobre a História da sexualidade. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 27.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**, v. 16, n. 3, p. 34-44, 2016.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault**. 1 ed. Autêntica Editora. Belo Horizonte, 2016.

GALLO, Silvio. Repensar a educação: Foucault. **Educação & Realidade**, v. 29, n. 1, 2004. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25420>. Acesso em: 05 de abril de 2020.

GARCIA, Frederico Brittes Nordin. **Colônias de férias: a formação do estudante ideal no Rio Grande do Sul (1938-1945)**. 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GOÉS, Weber Lopes. **Racismo e Eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. Liber Ars. São Paulo, 2018.

GONÇALVES, Mauro Castilho. Educação, higiene e eugenia no estado novo: as palestras de Savino Gasparini transmitidas pela rádio Tupi (1939-1940). **Cadernos de História da Educação**, v. 10, n. 1, 2011.. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/13152>. Acesso em: 08 fevereiro de 2021.

GUMIERO, Rafael Gonçalves; ZAMBELLO, Aline Vanessa. A educação como eixo da modernização do Brasil nos anos 1930: a disputa de ideias entre Nacionalistas, Igreja Católica e Escola Nova. **Em Tese**, Florianópolis, n.14, v.1, p. 63-84, jan. / jun., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18065023.2017v14n1p63/34556>. Acesso em: 07 março de 2020.

HOCHE, Aline Almeida de. A juventude brasileira e o presidente Vargas. Cordis: **Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, n. 19, p. 114-151, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/cordis/article/view/41109>. Acesso em: 02 fev. de 2021.

HOFBAUER, Andreas. Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil. **Por que "raça"**, p. 151-188, 2007.

JAMBEIRO, Othon et al. **Tempos de Vargas: O Rádio e o Controle da Informação**. Salvador. EDUFBA, 2005.

JUNGES, José Roque. O nascimento da bioética e a constituição do biopoder. **Acta bioeth.**, Santiago, v. 17, n. 2, p. 171-178, nov. 2011. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S1726-569X2011000200003&script=sci_arttext&tlng=n. Acesso em: 04 abril de 2020.

JUVENTUDE, NO ESTADO NOVO. Textos do Presidente Getúlio Vargas, extraídos de discursos, manifestos e entrevistas a imprensa. **CPDOC/FGV, GV** 133f. Rio de Janeiro. DIP, 1937-1945. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/impreso/juventude-no-estado-novo-textos-do-presidente-getulio-vargas-extraidos-de-discursos-manifestos-e-entrevistas-a-imprensa-a>. Acesso em: 04 abril de 2020.

KEHL, Renato Ferraz. Instituto Brasileiro de Eugenia. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, ano 1, nº 2. Fevereiro, 1929d. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em: 23 de março de 2021.

_____. **Pais, médicos e mestres.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1939.

KERN, Gustavo Da Silva. **Ações afirmativas e Educação: Um estudo genealógico sobre as relações raciais no Brasil.** 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/56682>. Acesso em: 08 março de 2020.

_____. **“Educar é eugenizar”: racismo, eugenia e educação no Brasil (1870-1940)** 185 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3677152. Acesso em: 08 março de 2020.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal: O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945).** Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

KUHLMANN JR., Moisés. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922).** Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

LEITE, Erick; LIMA, Sônia Filiú Albuquerque. O Presidente Negro Eugenia em Monteiro Lobato? In.: CASTILHO, Danila Barbosa de (Org.). **Cultura e Sociedade.** Atena. São Paulo, 2020. p.85-95. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/30947>. Acesso em 07 fev. de 2021.

LEMONS, Flavia Cristina Silveira; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. A genealogia em Foucault: uma trajetória. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 353-357, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822009000300008&script=sci_arttext. Acesso em: 03 fev. de 2021.

_____, Vanessa dos Santos. **Propaganda e Coerção na política educacional do Estado Novo (1937 – 1945).** 2012. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/123456789/2149>. Acesso em: 13 março de 2020.

MACIEL, Maria Eunice de S. A Eugenia no Brasil. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 7, n. 11, p. 121 – 130, jul. 1999. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6545/3897>. Acesso em: 10 de jan. de 2020.

MAI, Lilian Denise; ANGERAMI, Emília Luigia Saporiti. Eugenia negativa e positiva: significados e contradições. Ribeirão Preto; **Rev. Latino-Americana de Enfermagem**, vol.14 n. 2 Mar./Abr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010411692006000200015&script=sci_artt_ext&tlng=pt. Acesso em: 10 jan. de 2020.

MATTOS, Ivanilde Guedes de. Educação física e o corpo negro. **Espaço Plural**, v. 7, n. 14, p. 4-7, 2006. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/issue/view/108/showToc>. Acesso em: 08 abril de 2020.

MONARCHA, Carlos. Notas sobre a educação nacional na “Era Getuliana”. **História da Educação**, Pelotas, v. 3, n. 6, p. 57 – 68, jul. / dez. 1999. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30257/pdf>. Acesso em: 07 fev.de 2020.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de . O Jeca e a cozinheira: raça e racismo em Monteiro Lobato. **Revista de Sociologia e Política**, n. 08, p. 99-112, 1997. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39322>. Acesso em: 94 fev. de 2021.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. IN. : **Revista do Centro de Educação UFSM**. v. 40, n.1, p. 101-116, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15822/pdf>. Acesso em: 13 jun. de 2019.

MUNARETO, Geandra Denardi. **Por uma nova raça: Pensamento médico eugênico no Rio Grande do Sul**. 2013. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

_____. **A Ciência como regeneradora da Nação: Eugenia e Autoritarismo no pensamento de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Renato Kehl e Belisário Penna**. 286 f, Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. PUCRS. Porto Alegre, 2017.

NASCIMENTO, Mariangela. Soberania, poder e biopolítica: Arendt, Foucault e Negri. **Griot: revista de filosofia**, v. 6, n. 2, p. 152-169, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6630060>. Acesso em: 04 abril de 2020.

NUNES, José Luiz. Radio e Cinema no Estado Novo: a criação do D.I.P. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v.22, n.1, p. 71 – 6. 1996. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/28776/15996>. Acesso em: 11 fev. de 2020.

_____, Jhalleson Kovaliki de. Belisário Penna: educação higiênica, eugenia e a formação da consciência sanitária nacional (1926-1932). **Faces da História**, v. 7, n. 2, 2020. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1704>. .

PINTO, Felipe Menezes. **O vermelho e o negro: Intolerância, Construção da Identidade Nacional e Práticas Educativas durante o Estado Novo (1937-1945)** 130 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-8MJFDE>. Acesso em: 14 março de 2020.

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição. **Discurso Eugênico na I Conferência Nacional de Educação (1927 – Curitiba / PR – Brasil)**. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7038>. Acesso em: 14 março de 2020.

PORTACARRERO, Vera. Instituição escolar e normalização em Foucault e Canguilhem. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.29, n.1, p. 168 – 186. 2004. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25424/14750>. Acesso em: 12 de fev. de 2020.

RECH, Rafaela. **(Bio)políticas Educacionais E Eugenia Nos Tempos Do Ministro Gustavo Capanema**. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade De Santa Cruz Do Sul. Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5037218. Acesso em: 05 abril de 2020.

ROCHA, Simone. A educação como ideal eugênico: o movimento eugenista e o discurso educacional no boletim de eugenia 1929-1933. **Cadernos de pesquisa: pensamento educacional**, v. 6, n. 13, p. 162-177, 2011. Disponível em: <https://seer.utp.br/index.php/a/article/view/423>. Acesso em: 02 fev. de 2021.

_____. Educação eugênica na constituição brasileira de 1934. In: *Anais...X ANPESUL*, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Florianópolis. 2014. 14p.

ROQUETTE-PINTO, VERA REGINA. Roquette-Pinto, o rádio e o cinema educativos. **Revista USP**, n. 56, p. 10-15, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/1908>. Acesso em: 03 fev. de 2021.

ROSA, Camila Francisca da. **Raça, Biopolítica E Educação: Dispositivos De In/Exclusão** 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade De Santa Cruz Do Sul, Santa Cruz do Sul Biblioteca Depositária: UNISC. Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3630928. Acesso em: 21 março de 2020.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. Quem é bom, já nasce feito? Uma Leitura do Eugenismo de Renato Kehl (1917-37). **Intellèctus**, v. 4, n. 2, 2005. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/27601>. Acesso em: 02 fev. de 2021.

SANTOS, Sérgio Coutinho dos; FRANÇA JÚNIOR, Francisco de Assis de; JÚNIOR, José Barros Correia. A Pessoa com deficiência e o legislador constituinte: análise crítica dos postulados eugênicos presentes na história republicana das constituições brasileiras.. **REVISTA DIREITO E JUSTIÇA: REFLEXÕES SOCIOJURÍDICAS**, v. 18, n. 32, p. 177-188, 2018. Disponível em: http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/direito_e_justica/article/view/2327. Acesso em: 08 de abril de 2020

SCHILLER, Nina Glick; FOURON, Georges; TAVARES, M. T. Laços de sangue: os fundamentos raciais do estado-nação transnacional. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 48, p. 33-66, 1997.

SCHMITZ, ZENAIDE INES. **É preciso plasmar na cera virgem, que é a alma da criança, a alma da própria Pátria: cartilhas escolares e doutrinação infantil no contexto da Era Vargas (1937-1945)**, 2015 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ, UNOCHAPECÓ, Chapecó, 2010. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2569030. Acesso em: 07 fev. de 2020.

SCHNEIDER, Eduarda Maria; MEGLHIORATTI, Fernanda Aparecida. A influência do movimento eugênico na constituição do sistema organizado de educação pública do Brasil na década de 1930. **ANPED SUL**, v. 9, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/schedConf/presentations?searchInitial=S&track=>. Acesso em: 01 fev. de 2021.

SCHWARCZ, Lília M.; GOMES, Flávio (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. 1ªed. São Paulo. Companhia das Letras, 2018.

_____, Lília M. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)**; Companhia das Letras; São Paulo, 1993

_____, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. Editora Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Estado Novo, um auto-retrato**. Brasília. Universidade de Brasília, 1983.

SENRA, Nelson. **História das Estatísticas no Brasil: estatísticas organizadas (1936 – 1972)**. Volume 3. IBHE. Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Ana Paula da. “A lição da mocidade reta”: Um olhar sobre biografias de Getúlio Vargas para crianças e jovens (1937-1945). 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2009_1-515-ME.pdf. Acesso em: 23 março de 2020.

_____, Daniele Hungaro da. **Da Docilização dos Sentidos, “Da Renovação de Quadros e Instituições Pedagógicas, de Programas ou de Conteúdo”:** **A Escola Primária em Santa Catarina (1930-1945)** 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis. Florianópolis, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2420626. Acesso em: 23 março de 2020

_____, Carla Adriana Batista da. **Biopolítica E Governamentalidade: Conexões Entre “Raça”, Saúde, Educação e a Emergência da População nos Anos 1920 e 1930 no Brasil**. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC. Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=150650. Acesso em: 05 abril de 2020.

_____, Eduardo Cristiano Hass da; BASTOS, Dr^a Maria Helena Camara. A afirmação do ensino técnico comercial no Brasil no contexto da Era Vargas (1930-1945). **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 223, p. 22-31, 2017. Disponível em: <https://cfc.org.br/rbc/revista-brasileira-de-contabilidade-no-223/>. Acesso em: 08 abril de 2020

_____, Mozart Linhares da. Biopolítica, educação e eugenia no Brasil (1911-1945). **Revista Ibero-americana de estudos em educação**, v. 8, n. 4, p. 900-922, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5070>. Acesso em: 04 abril de 2020

_____, Mozart Linhares da. Biopolítica, Narrativas Identitárias e Educação no Brasil (1900-1945). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 7, n. 14, p. 246-266, 2015.

SILVA, Mozart Linhares da. População-sacer e democracia racial no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 593-620, 2017.

SILVEIRA, Éder. **A Cura da Raça: Eugenia e Higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX**. Ed.: Universidade de Passo Fundo – UPF. Passo Fundo, 2005.

SOUZA, João Fernando Silva de. **Fé, Trabalho e Amor à Pátria: Os Livros da série Fontes construindo brasileiros no Estado Novo (1937 – 1945)**. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93576>. Acesso em: 23 março de 2020.

STASSUN, Cristian Caê Seemann; ASSMANN, Selvino José. Dispositivo: fusão de objeto e método de pesquisa em Michel Foucault. **Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas**, v. 11, n. 99, p. 72-92, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/14744>. Acesso em: 06 fev. de 2021.

TATSCH, Marcelo. **Biopolítica na Era Vargas: A Nacionalização dos Imigrantes Alemães por Meio Da Educação**. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade De Santa Cruz Do Sul, Santa Cruz do Sul. UNISC. Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5278333. Acesso em: 27 março de 2020.

TEIXEIRA, Clara. Cinejornal Brasileiro: eugenia adaptada no Estado Novo. **Revista Científica/FAP**, 2011. Disponível em: <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistacientifica/article/view/1517>. Acesso em: 08 abril de 2020.

TORRANO, Luísa Helena. Michel Foucault & Tecnologias do Poder: a Psicanálise. **Revista Aulas**, v. 1, n. 3, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. Autêntica Editora. Belo Horizonte, 2017.

_____, Alfredo. Teoria e método em Michel Foucault (im) possibilidades. **Cadernos de educação**, n. 34, 2009.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os Intelectuais e a política cultural do Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política, Curitiba**, n. 9, p. 57 – 74, 1997 Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39298/24117>. Acesso em: 27 março de 2020.

VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. 4a ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.

VIEIRA, Luiz Renato. Educação e Autoritarismo no Estado Novo. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v.6 , n.12 , p.83 - 94. jul. / dez. 1992. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/1138/1020>. Acesso em: 07 fev. de 2020.

_____, Thaís Rodrigues. Oliveira Vianna e os Desdobramentos das Teorias Eugênicas no Brasil. **Revista de Iniciação Científica da FFC-(Cessada)**, v. 19, n. 2, p. 35-44, 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/10095>. Acesso em: 09 fev. de 2021.

VILLADSEN, Kaspar. Tecnologia versus ação: uma falsa oposição atribuída a Foucault nos estudos organizacionais. **Organizações e Sociedades.**, Salvador , v. 21, n. 71, p. 642-660, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302014000400642&script=sci_arttext. Acesso em: 05 abr. de 2020.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, 2007.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br